

MAPA DO FINANCIAMENTO AOS ODS: ALINHANDO FLUXOS E ACELERANDO METAS PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL.

Cinco anos de financiamento aos ODS

3ª EDIÇÃO

(Metodologia ABDE-PNUD)







MAPA DO FINANCIAMENTO AOS ODS: ALINHANDO FLUXOS E ACELERANDO METAS PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL.

Cinco anos de financiamento aos ODS

3ª EDIÇÃO

(Metodologia ABDE-PNUD)

FICHA TÉCNICA

Cooperação técnica: Associação Brasileira de Desenvolvimento (ABDE) e Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD)

Coordenação técnica: Eduardo Djanikian (ABDE)

Equipe técnica: Paula Verlangeiro Vieira (ABDE), Anna Luiza de Magalhães Porto (estagiária) e Caio César Pereira de Almeida (estagiário)

Revisão técnica: Cristiano Prado (PNUD)

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE DESENVOLVIMENTO (ABDE)

A Associação Brasileira de Desenvolvimento (ABDE) reúne as 35 instituições do Sistema Nacional de Fomento (SNF), presentes em todo o país — composto por bancos públicos federais, bancos de desenvolvimento controlados por unidades da Federação, bancos cooperativos, bancos públicos comerciais estaduais com carteira de desenvolvimento, agências de fomento —, além da Finep e do Sebrae. A ABDE define estratégias e executa ações promotoras do SNF, tendo como meta constante o aprimoramento da atuação de seus associados, para que essas instituições financiem com eficiência o desenvolvimento sustentável brasileiro.

Presidente

Maria Fernanda Ramos Coelho

1º Vice-Presidente

Euler Antônio Luz Mathias

2º Vice-Presidente

Heraldo Neves

Diretores

Alexandre Barbosa

Cláudio Stabile

Cledir Magri

Jean Rodrigues Benevides

José Aldemir

Marcelo Barbosa Saintive

Márcia Faria Maia

Marcos Vinícius de Castro

Roberto Batista

Diretor Executivo

André Godoy

Gerentes

Caroline Lompa Gussi (GERAF)

Cristiane Viturino (GEROP)

Eduardo Djanikian (GESEI)

Henrique Diebold (GECOM)

Larissa Vieira (GEGOV)

Gerência de Economia, Sustentabilidade e Inovação (GESEI)

Eduardo Djanikian (gerente)

Isabella Bianchi (analista)

Luiza Nascimento Evangelista de Sousa (analista)

Paula Verlangeiro Vieira (analista)

Anna Luiza de Magalhães Porto (estagiária)

Caio César Pereira de Almeida (estagiário)

Contatos: (61) 99801-0565

gesec@abde.org.br

www.abde.org.br

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD)

O PNUD trabalha em 170 países e territórios para erradicar a pobreza enquanto protege o planeta. Apoia os países no desenvolvimento de políticas, habilidades, parcerias e instituições sólidas para que possam sustentar seu progresso.

Representante Residente

Claudio Providas

Representante Residente Adjunta

Elisa Calcaterra

Representante Residente Assistente

Maristela Baioni

Coordenador da Unidade de Desenvolvimento Socioeconômico Inclusivo

Cristiano Prado

Oficiais de Programa da Unidade de Desenvolvimento Socioeconômico Inclusivo

Maria Teresa Amaral Fontes

Mônica Azar

Associada de Programa

Michelle Santos

Gerentes de Projetos

Guilherme Berdú

Luciana Brant

Mayra Almeida

Thaís Pires

Assistentes de Projetos

Henrique Lacerda

Juan Daniel Ordóñez

Karen Barros

Manuela Oliveira

Núcleo de Produção

Roberto Astorino

Manoel Salles

Coordenador de Comunicação

Luciano Milhomem

Contato: dsi.br@undp.org



OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

1 ERRADICAÇÃO
DA POBREZA



2 FOME ZERO
E AGRICULTURA
SUSTENTÁVEL



3 SAÚDE E
BEM-ESTAR



4 EDUCAÇÃO DE
QUALIDADE



5 IGUALDADE
DE GÊNERO



6 ÁGUA POTÁVEL
E SANEAMENTO



7 ENERGIA LIMPA
E ACESSÍVEL



8 TRABALHO DECENTE
E CRESCIMENTO
ECONÔMICO



9 INDÚSTRIA, INOVAÇÃO
E INFRAESTRUTURA



10 REDUÇÃO DAS
DESIGUALDADES



11 CIDADES E
COMUNIDADES
SUSTENTÁVEIS



12 CONSUMO E
PRODUÇÃO
RESPONSÁVEIS



13 AÇÃO CONTRA A
MUDANÇA GLOBAL
DO CLIMA



14 VIDA NA
ÁGUA



15 VIDA
TERRESTRE



16 PAZ, JUSTIÇA E
INSTITUIÇÕES
EFICAZES



17 PARCERIAS E MEIOS
DE IMPLEMENTAÇÃO



MAPA DO FINANCIAMENTO AOS ODS: ALINHANDO FLUXOS E ACELERANDO METAS PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL.

Cinco anos de financiamento aos ODS

3ª EDIÇÃO

(Metodologia ABDE-PNUD)

Brasília, novembro de 2025

O conteúdo deste documento faz parte de uma parceria firmada entre a Associação Brasileira de Desenvolvimento (ABDE) e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD Brasil) no âmbito do projeto *Formulação e implementação de metodologia para verificação de alinhamento do Sistema Nacional de Fomento à Agenda 2030 (Metodologia ABDE-PNUD)*. Iniciado em 2021, o projeto está alinhado ao Memorando de Entendimento assinado pela ABDE e o PNUD, com o objetivo de “promover o debate sobre o papel das instituições do Sistema Nacional de Fomento (SNF), considerando a agenda dos ODS.”

Esta publicação contou com apoio do projeto Finanças Brasileiras Sustentáveis (FiBraS II) para diagramação e impressão da publicação. O projeto FiBraS II integra a Cooperação Brasil-Alemanha para o Desenvolvimento Sustentável e é implementado pela Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit (GIZ) GmbH, pelo Ministério da Fazenda (MF) e pelo Banco Central do Brasil (BCB), com recursos do Ministério Federal da Cooperação Econômica e do Desenvolvimento (BMZ).

FICHA CATALOGRÁFICA

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD

A849m Associação Brasileira de Desenvolvimento (ABDE)
Mapa do Financiamento aos ODS: alinhando fluxos e acelerando metas para o desenvolvimento sustentável/ Associação Brasileira de Desenvolvimento (ABDE) ; organizado por Associação Brasileira de Desenvolvimento (ABDE) ; coordenado por Eduardo Djanikian. - 3. ed. - Rio de Janeiro, RJ : Associação Brasileira de Desenvolvimento (ABDE), 2025. 70 p. ; 21cm x 28cm.

Inclui índice.
ISBN: 978-65-89481-11-9

1. Economia. 2. Sustentabilidade. 3. Desenvolvimento Sustentável. 4. Metodologia ABDE. 5. Associação Brasileira de Desenvolvimento – Prêmios. 6. Desenvolvimento econômico – Brasil. 7. Investimentos – Brasil. 8. Mercado financeiro – Brasil. 9. Desenvolvimento sustentável – Brasil. 10. Instituições financeiras – Brasil. I. Djanikian, Eduardo. II. Verlangiero Vieira, Paula. III, Prado, Cristiano. IV. Título.

2025-5363

CDD 330
CDU 33

Elaborado por Vagner Rodolfo da Silva - CRB-8/9410

Índice para catálogo sistemático:

1. Economia 330
2. Economia 33



9 786589 481119

CARTA DE APRESENTAÇÃO



É com orgulho que apresentamos a 3ª edição deste trabalho, anteriormente conhecido como Metodologia ABDE-PNUD, que evoluiu e passa a adotar o novo nome Mapa do Financiamento aos ODS: alinhando fluxos e acelerando metas para o desenvolvimento sustentável. Para marcar esse ciclo, esta edição traz o selo “Cinco anos de financiamento aos ODS”, reunindo evidências, tendências e resultados acumulados no período recente.

Vivemos um momento decisivo, no qual a emergência climática e seus efeitos exigem respostas coordenadas, urgentes e transformadoras.

Ao mesmo tempo, o país convive com desafios estruturais que condicionam o ritmo e a qualidade da transição: desigualdades históricas e regionais, baixa produtividade média, déficits de saneamento e mobilidade, vulnerabilidades urbanas e climáticas, pressões sobre biomas e a necessidade de reindustrialização com descarbonização, inovação e digitalização.

A sustentabilidade, a transição verde e o financiamento climático tornaram-se centrais nas agendas pública e econômica. O Brasil pode liderar uma trajetória de baixo carbono com inclusão, acelerando investimentos em infraestrutura resiliente, energia limpa, cidades sustentáveis, bioeconomia, agricultura de baixo carbono, restauração e inovação, com foco em trabalho decente e redução de desigualdades. Para viabilizar esse cenário, é essencial fechar a lacuna de financiamento, ampliar *blended finance*, robustecer o sistema de monitoramento, relato e verificação (MRV), além de criar taxonomias e padrões confiáveis.

É nesse cenário que o Mapa do Financiamento aos ODS se afirma como instrumento prático para traduzir diretrizes globais à realidade do fomento brasileiro, tornando-as mensuráveis e aplicáveis. Essa nova edição ganha densidade em um momento singular para o Brasil: a realização da COP 30 em Belém. A conferência coloca os holofotes sobre a bioeconomia amazônica, o combate ao desmatamento e à degradação, a transição energética justa, as finanças climáticas e os mecanismos de cooperação internacional. Apresentar um mapeamento transparente e comparável dos investimentos do fomento contribui para posicionar o Brasil como protagonista confiável na agenda global, conecta objetivos nacionais às Contribuições Nacionalmente Determinadas (NDCs) e cria base para novas coalizões de investimento que unam setor público, privado e cooperação internacional.

Que esta edição sirva como referência para o SNF e seus parceiros nacionais e internacionais na construção de objetivos e no alcance das metas da Agenda 2030.

Boa leitura!

Maria Fernanda Ramos Coelho

Presidente da ABDE e Diretora de Crédito Digital para Micro, Pequenas e Médias Empresas do BNDES

CARTA DE APRESENTAÇÃO



É com grande satisfação que apresentamos a 3ª edição do Mapa do Financiamento aos ODS: alinhando fluxos e acelerando metas para o desenvolvimento sustentável, fruto da parceria entre a Associação Brasileira de Desenvolvimento (ABDE) e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), com apoio da GIZ Brasil.

Este estudo consolida dados de cinco anos (2020–2024) e revela um marco expressivo: R\$ 2,3 trilhões desembolsados por Instituições Financeiras de Desenvolvimento (IFDs) brasileiras em projetos alinhados aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Esses números evidenciam o papel estratégico do Sistema Nacional de Fomento como motor do financiamento de longo prazo e como agente essencial para a transformação econômica, social e ambiental do país.

A publicação também reforça a importância de metodologias robustas e transparentes para mensurar o impacto do crédito orientado ao desenvolvimento sustentável. O Mapa do Financiamento aos ODS, pioneiro no Brasil, contribui para posicionar o país como referência global na integração entre finanças e sustentabilidade, alinhando-se à Agenda 2030 e às metas de transição para uma economia de baixo carbono.

O avanço registrado em áreas como energia limpa, ação climática, infraestrutura, cidades sustentáveis e agricultura de baixo carbono demonstra que estamos no caminho certo para promover um desenvolvimento inclusivo e resiliente. Contudo, os desafios permanecem, e é fundamental ampliar esforços conjuntos entre setor público, privado e sociedade civil para acelerar essa agenda.

Que este levantamento inspire novas parcerias, investimentos e políticas que consolidem o Brasil como protagonista na construção de um futuro sustentável para todos.

Claudio Providas

Representante Residente do PNUD no Brasil

INSTITUIÇÕES ASSOCIADAS À ABDE

AFAP	Agência de Fomento do Amapá S.A.
AFEAM	Agência de Fomento do Estado do Amazonas S.A.
AGE	Agência de Empreendedorismo de Pernambuco S.A.
AgeRio	Agência de Fomento do Estado do Rio de Janeiro S.A.
AILOS	Sistema de Cooperativas de Crédito – Ailos.
BADESC	Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina S.A.
BADESPI	Agência de Fomento e Desenvolvimento do Estado do Piauí S.A.
BADESUL	Badesul Desenvolvimento S.A. – Agência de Fomento RS
BANDES	Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo S.A.
BANESE	Banco do Estado de Sergipe S.A.
BANESTES	Banco do Estado do Espírito Santo S.A.
BANPARÁ	Banco do Estado do Pará S.A.
BANRISUL	Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A.
BASA	Banco da Amazônia S.A.
BB	Banco do Brasil S.A.
BDMG	Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais S.A.
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
BRB	Banco de Brasília S.A.
BNB	Banco do Nordeste do Brasil S.A.
BRDE	Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul
CEF	Caixa Econômica Federal
DESENBÁHIA	Agência de Fomento do Estado da Bahia S.A.
DESENVOLVE AL	Agência de Fomento de Alagoas S.A.
DESENVOLVE MT	Agência de Fomento do Estado de Mato Grosso S.A.
DESENVOLVE RN	Agência Desenvolve RN S.A.
DESENVOLVE RR	Agência de Fomento do Estado de Roraima S.A.
DESENVOLVE SP	Agência de Fomento do Estado de São Paulo S.A.
FINEP	Financiadora de Estudos e Projetos
FOMENTO PR	Agência de Fomento do Paraná S.A.
FOMENTO TO	Agência de Fomento Tocantins S.A.
GOIÁS FOMENTO	Agência de Fomento de Goiás S.A.
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SICOOB	Banco Cooperativo SICOOB S.A.
SICREDI	Banco Cooperativo SICREDI S.A.

SIGLAS E ABREVIACÕES

ABC	Agricultura de Baixo Carbono
ABDE	Associação Brasileira de Desenvolvimento
ADB	Banco Asiático de Desenvolvimento
AFD	Agência Francesa de Desenvolvimento
AFOLU	Agricultura, florestas e uso da terra
BEI	Banco Europeu de Desenvolvimento
BERD	Banco Europeu para Reconstrução e Desenvolvimento
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
CAF	Banco de Desenvolvimento da América Latina e do Caribe
CAIF	Climate Adaptation Investment Framework
CBI	Climate Bonds Initiative
CNAE	Classificação Nacional de Atividades Econômicas
CONAMA	Conselho Nacional do Meio Ambiente
COP	Conferência das Partes
CPI	Climate Policy Initiative
EAP	Plano de Ação Ambiental 2024–2030
FCO Verde	Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste
Febraban	Federação Brasileira de Bancos
FFD4	Fourth International Conference on Financing for Development
FICS	Finance in Common Summit
FINAME	Financiamento de Máquinas e Equipamentos
FJP	Fundação João Pinheiro
GBP	Green Bond Principles
IFD	Instituição Financeira de Desenvolvimento
Inovagro	Programa de Incentivo à Modernização e à Inovação Tecnológica na Produção Agropecuária
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
KfW	Bando de Desenvolvimento da Alemanha
MODERAGRO	Programa de Modernização da Agricultura e Conservação dos Recursos Naturais
MODERFROTA	Programa de Modernização da Frota de Tratores Agrícolas e Implementos Associados e Colheitadeiras
MODERINFRA	Programa de Modernização de Infraestruturas
MPME	Micro, Pequena e Média Empresa
MRV	Monitoramento, Relato e Verificação
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico

ODS 1	Erradicação da pobreza
ODS 2	Fome zero e agricultura sustentável
ODS 3	Saúde e bem-estar
ODS 4	Educação de qualidade
ODS 5	Igualdade de gênero
ODS 6	Água potável e saneamento
ODS 7	Energia limpa e acessível
ODS 8	Trabalho decente e crescimento econômico
ODS 9	Indústria, inovação e infraestrutura
ODS 10	Redução das desigualdades
ODS 11	Cidades e comunidades sustentáveis
ODS 12	Consumo e produção responsáveis
ODS 13	Ação contra a mudança global do clima
ODS 14	Vida na água
ODS 15	Vida terrestre
ODS 16	Paz, justiça e instituições eficazes
ODS 17	Parcerias e meios de implementação
ONU	Organização das Nações Unidas
PATH	EIB Group Paris-alignment of counterparties framework
PCA	Programa para Construção e Ampliação de Armazéns
PDBs	Public Development Banks
PMCMV	Programa Minha Casa, Minha Vida
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PRODECOOP	Programa de Desenvolvimento Cooperativo para Agregação de Valor à Produção Agropecuária
PROIRRIGA	Programa de Financiamento à Agricultura Irrigada e ao Cultivo Protegido
Pronaf	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PRSA	Política de Responsabilidade Socioambiental
SBP	Social Bond Principles
SCF	Strategic and Capital Framework
SITAWI	Sitawi Finanças do Bem
SNF	Sistema Nacional de Fomento
TCFD	Task Force on Climate-Related Financial Disclosures
TSB	Taxonomia Sustentável Brasileira
TSPA	Tipologia Sustentável de Projetos e Atividades ASG
UE	União Europeia

CONTEÚDO

CARTA DE APRESENTAÇÃO - ABDE	9
CARTA DE APRESENTAÇÃO - PNUD	10
INSTITUIÇÕES ASSOCIADAS À ABDE	11
SIGLAS E ABREVIACÕES	12
RESUMO EXECUTIVO	17
1. INTRODUÇÃO	19
1.1. Contexto	19
1.2. As Instituições Financeiras de Desenvolvimento e a Agenda 2030.....	21
1.3. Sobre a publicação do Mapa do Financiamento aos ODS	23
2. METODOLOGIA	27
2.1. Boas práticas e metodologias de verificação da aderência de carteiras aos ODS internas e externas ao Sistema Nacional de Fomento	27
2.2. Novas contribuições	37
2.2.1 Contribuições Internas.....	38
2.2.2 Contribuições Externas	43
2.3. Metodologia e critérios de classificação dos financiamentos do SNF nos ODS	46
3. RESULTADOS DA ADERÊNCIA DO SNF AO FINANCIAMENTO DOS ODS.....	53
3.1. Contratações de 12 IFDs em 2024.....	53
3.2. Desembolsos de 17 IFDs de 2020-2024.....	56
4. MARCO DE COOPERAÇÃO ONU-BRASIL.....	63
5. CONCLUSÃO.....	65
6. ANEXOS METODOLÓGICOS.....	66
ANEXO A — Considerações especiais sobre a metodologia adotada e resultados	66
ANEXO B — Ferramenta classificadora de linhas de crédito.....	67

LISTA DE BOXES

BOX 1. Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) ..	32
BOX 2. Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais (BDMG)	33
BOX 3. Banco do Brasil (BB)	34
BOX 4. Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) ..	38
BOX 5. Caixa Econômica Federal (CEF)	39
BOX 6. Banco do Brasil (BB)	40
BOX 7. Banco Regional do extremo Sul (BRDE)	41
BOX 8. Taxonomia Sustentável Brasileira (TSB).....	42
BOX 9. Banco Europeu de Investimento	43
BOX 10. Banco Europeu para Reconstrução e Desenvolvimento	44
BOX 11. Banco Asiático de Desenvolvimento	45

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1. Principais etapas da construção do Mapa.....	25
FIGURA 2. Referências internas e externas de boas práticas para a criação da metodologia de aderência do Sistema Nacional de Fomento aos ODS ...	28
FIGURA 3. Materiais analisados de referências externas.....	29
FIGURA 4. Boas práticas de destaque	35
FIGURA 5. Etapas da implementação do Mapa do Financiamento aos ODS.....	46
FIGURA 6. Instituições do SNF que participaram da terceira edição do Mapa do Financiamento aos ODS.....	49
FIGURA 7. Instituições do SNF que participaram da terceira edição do Mapa do Financiamento aos ODS e enviaram dados de contratações	50
FIGURA 8. Instituições do SNF que participaram da terceira edição do Mapa do Financiamento aos ODS e enviaram dados de desembolsos.....	51

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1. Participação de cada ODS em relação ao total contratado de 2024.....	54
GRÁFICO 2. Total contratado, em valores correntes, pelo SNF aos ODS de 2024 (em R\$ milhões).....	55
GRÁFICO 3. Evolução do total desembolsado pelo SNF e classificado nos ODS de 2020 a 2024 (em R\$ bilhões)	56
GRÁFICO 4. Participação de cada ODS em relação ao total desembolsado de 2020 a 2024	58
GRÁFICO 5. Total desembolsado por ODS, em valores correntes, pelo SNF de 2020 a 2024 (em R\$ milhões).....	59
GRÁFICO 6. Desembolsos do SNF, em valores correntes, aos ODS por ano (em R\$ milhões).....	60
GRÁFICO 7. Evolução dos fluxos financeiros totais do SNF em cada ano (em R\$ bilhões).....	64

LISTA DE TABELAS

TABELA 1. Macroanálise comparativa das referências externas	36
TABELA 2. Macroanálise comparativa das referências internas	37

RESUMO EXECUTIVO

Reconhecendo a importância de padronizar e mensurar a contribuição do setor financeiro aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), a Associação Brasileira de Desenvolvimento (ABDE) e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) lançaram, em 2021, o projeto ODS ABDE-PNUD, que resultou na criação da Metodologia ABDE-PNUD de Alinhamento do Sistema Nacional de Fomento (SNF) aos ODS. Essa ferramenta tem como objetivo mapear e quantificar os recursos direcionados pelas Instituições Financeiras de Desenvolvimento (IFDs) a iniciativas alinhadas à Agenda 2030, fortalecendo a transparência e a efetividade do financiamento ao desenvolvimento sustentável no país.

Com 17 objetivos interligados, a Agenda 2030 propõe diretrizes essenciais para a construção de um futuro mais justo, inclusivo e sustentável, unindo governos, setor privado, sociedade civil e instituições financeiras no combate à pobreza, à desigualdade e à degradação ambiental. Nesse contexto, as IFDs e o SNF assumem papel estratégico no Brasil, utilizando sua capilaridade e capacidade de crédito de longo prazo para financiar projetos de impacto social, ambiental e econômico, além de apoiar a transição para uma economia de baixo carbono e a promoção de um desenvolvimento verdadeiramente sustentável.

A 3ª edição deste trabalho, anteriormente conhecido como Metodologia ABDE-PNUD, evolui e passa a adotar o novo nome Mapa do Financiamento aos ODS: alinhando fluxos e acelerando metas para o desenvolvimento sustentável. Nesta edição serão analisados os últimos cinco anos de financiamento aos ODS, que vão agregar dados de 2020 a 2024, ampliando o monitoramento do Sistema Nacional de Fomento (SNF) em relação à Agenda 2030, incorporando pela primeira vez as contratações de crédito — valores formalmente aprovados e assinados que antecipam a direção dos investimentos sustentáveis das Instituições Financeiras de Desenvolvimento (IFDs).

Em 2024, as 12 IFDs participantes registraram R\$ 1 trilhão em contratações alinhadas aos ODS, reafirmando o papel do SNF como motor do financiamento ao desenvolvimento econômico e social. Os recursos se concentraram nos eixos estruturantes: ODS 8 (Trabalho Decente e Crescimento Econômico) com R\$ 261,6 bi, ODS 9 (Indústria, Inovação e Infraestrutura) com R\$ 176,6 bi, ODS 11 (Cidades e Comunidades Sustentáveis) com R\$ 135,5 bi e ODS 2 (Fome Zero e Agricultura Sustentável) com R\$ 116,3 bi, que juntos representaram 68,8% do total contratado.

Entre 2020 e 2024, os desembolsos de 17 IFDs somaram R\$ 1,5 trilhão, mantendo trajetória de expansão até 2023 e leve recuo em 2024. O destaque permanece nos ODS 8, 9, 11 e 2, enquanto os ODS 7 (Energia Limpa) e 13 (Ação Climática) avançam, consolidando a transição para uma economia de baixo carbono. Persistem, contudo, lacunas nos ODS sociais e institucionais — como educação, gênero e governança —, apontando a necessidade de maior transversalidade nas políticas de crédito.

Este estudo foi produzido sob janela de tempo limitada, com 24 instituições, que enviaram dados de contratações e/ou desembolsos (ante 29 na edição anterior). Considerando o escopo ampliado — que combina as 29 IFDs da edição anterior com as 17 IFDs que enviaram séries completas para 2020–2024 —, verifica-se que 31 instituições distintas participaram de ao menos uma das edições do produto. Somando os desembolsos de todas essas participantes ao longo dos cinco anos, o montante supera R\$ 2,3 trilhões alinhados aos ODS.

A nova edição consolida a metodologia como referência nacional na mensuração das finanças de desenvolvimento, oferecendo subsídios para alinhar investimentos à Agenda 2030 e fortalecer o papel do Brasil como liderança regional em financiamento sustentável e transição verde.

1 ERRADICAÇÃO
DA POBREZA



4 EDUCAÇÃO DE
QUALIDADE



10 REDUÇÃO DAS
DESIGUALDADES



2 FOME ZERO
E AGRICULTURA
SUSTENTÁVEL



5 IGUALDADE
DE GÊNERO



1. INTRODUÇÃO

1.1. Contexto

A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, adotada por consenso pelos 193 países-membros da Organização das Nações Unidas (ONU), representa um compromisso histórico com a transformação global e com o princípio de “não deixar ninguém para trás”.

Passados dez anos desde sua adoção, o *Sustainable Development Goals Report 2025*¹ revela tanto conquistas notáveis quanto desafios persistentes. Houve avanços expressivos na ampliação do acesso a serviços essenciais, na proteção social e na educação. No entanto, de acordo com o documento, apenas 35% das metas dos ODS apresentam progresso satisfatório, enquanto quase metade avança lentamente e 18% retrocedem.

Já o *Relatório de Desenvolvimento Sustentável 2025*² estabelece um ranking internacional que posiciona o Brasil na 54ª colocação entre 167 países, com 73,8 pontos, um avanço de 4,6 pontos desde 2015, refletindo seu compromisso com o multilateralismo e os ODS. Apesar dos avanços em energia renovável, água e saneamento, o Brasil ainda enfrenta desafios significativos em desigualdade, segurança e meio ambiente. A pobreza extrema atinge 5,8% da população e 9,9% vivem com menos de US\$ 3,65 por dia. A mortalidade materna é de 66,9 por 100 mil nascidos vivos e a expectativa de vida chega a 75,8 anos. O país alcançou alfabetização de 99,3% entre jovens de 15 a 24 anos, mas o progresso educacional é lento e desigual. Em igualdade de gênero (ODS 5), apenas 18,1% dos assentos parlamentares são ocupados por mulheres, e a violência persiste, com taxa de homicídios de 21,1 por 100 mil habitantes. Nos ODS 6 e 7, o Brasil mostra desempenho elevado — com 99,6% da população acessando água potável e 42,9% do consumo energético vindo de fontes renováveis —, mas a redução das desigualdades (ODS 10) e o consumo responsável (ODS 12) continuam entre os maiores desafios, devido à alta geração de resíduos, emissões e desmatamento.

No cenário internacional, o *Global Landscape of Climate Finance*³, publicado pela *Climate Policy Initiative (CPI)*, revela que o investimento climático global atingiu US\$ 1,9 trilhão em 2023 e deve ultrapassar US\$ 2 trilhões em 2024, valor ainda distante dos US\$ 6,3 trilhões anuais necessários até 2030 para cumprir as metas climáticas. A lacuna de cerca de US\$ 4,4 trilhões por ano evidencia o descompasso entre os recursos disponíveis e a escala das ações necessárias para mitigar e adaptar-se às mudanças climáticas. O setor de energia lidera os fluxos de investimento (US\$ 831 bilhões), seguido por transporte e infraestrutura, enquanto a agricultura e o uso da terra recebem apenas 2% do total global, apesar de sua importância estratégica.

1. Disponível em: <https://unstats.un.org/sdgs/report/2025/The-Sustainable-Development-Goals-Report-2025.pdf>.

Acesso em 06/10/2025.

2. Disponível em: <https://s3.amazonaws.com/sustainabledevelopment.report/2025/sustainable-development-report-2025.pdf>.

Acesso em 06/10/2025.

3. Disponível em: https://www.climatepolicyinitiative.org/wp-content/uploads/2000/06/compressed_Global-Landscape-of-Climate-Finance-2025.pdf. Acesso em 06/10/2025.

Além disso, 79% dos fluxos estão concentrados no Leste Asiático, Europa Ocidental e América do Norte, o que aprofunda desigualdades regionais e limita a capacidade de adaptação dos países em desenvolvimento.

No contexto nacional, o relatório do CPI Brasil⁴ aponta que o país recebeu, em média, R\$ 26,6 bilhões anuais em financiamento climático internacional entre 2021 e 2022, um aumento de 84% em relação a 2019–2020, superando a média global de crescimento (28%). O setor de energia concentrou 53% dos recursos, impulsionado por investimentos em energia solar e eólica, enquanto o setor AFOLU (agricultura, florestas e uso da terra), responsável por cerca de 75% das emissões nacionais, recebeu apenas 11%.

As fontes públicas ainda predominam, especialmente as instituições financeiras multilaterais como Banco de Desenvolvimento da América Latina e do Caribe (CAF) e Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e Banco Europeu de Investimento, além disso o financiamento privado quadruplicou, passando a representar 42% do total, com crescimento em áreas como transporte, saneamento e energia.

Os resultados indicam que, apesar dos avanços, a persistência da pobreza extrema, o aumento das emissões de carbono, os fluxos migratórios forçados e as crises climáticas, sociais e geopolíticas interligadas evidenciam a insuficiência do financiamento global voltado ao desenvolvimento sustentável. Soma-se a isso a tendência, tanto em nível global quanto nacional, de concentração dos investimentos em mitigação, enquanto a adaptação climática permanece subfinanciada. Em resposta, a Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE) lançou o *Climate Adaptation Investment Framework (CAIF)*⁵, que propõe instrumentos de política pública e mecanismos financeiros para destravar investimentos em adaptação, integrando planos nacionais e incentivos regulatórios.

Essa dinâmica revela uma forte assimetria entre países e setores, demonstrando que, embora o volume de recursos tenha crescido, o principal desafio está na redistribuição equitativa e sustentável do capital, com foco nas economias emergentes e em áreas estratégicas como a agricultura e a biodiversidade. Esses diagnósticos revelam que, embora o mundo tenha avançado em direção aos ODS, as conquistas permanecem desiguais e insuficientes.

Para que a Agenda 2030 mantenha sua relevância e alcance seus objetivos, será necessário intensificar a cooperação internacional, alinhar as instituições financeiras públicas e privadas aos princípios da sustentabilidade e ampliar o uso de instrumentos inovadores, como finanças verdes, títulos sustentáveis e blended finance. Os avanços em energia limpa, edu-

4. Disponível em: <https://www.climatepolicyinitiative.org/wp-content/uploads/2025/08/Mapeamento-de-Financiamento-Climatico-Internacional-para-o-Brasil.pdf>. Acesso em 06/10/2025.

5. Disponível em: https://www.oecd.org/content/dam/oecd/en/publications/reports/2024/11/climate-adaptation-investment-framework_30362f60/8686fc27-en.pdf. Acesso em 06/10/2025.

cação, inclusão digital e cooperação tecnológica mostram que o progresso é possível, desde que haja vontade política, coordenação multilateral e mobilização financeira em escala compatível com os desafios do nosso tempo.

Nesse sentido, são de grande importância iniciativas como o quinto encontro do *Finance in Common Summit (FiCS)*, que ocorreu em 2025 na Cidade do Cabo, África do Sul, reunindo cerca de 2.000 participantes entre bancos públicos de desenvolvimento (PDBs), governos, setor privado, academia e sociedade civil. Sob o tema “Fomentar infraestrutura e financiamento para um crescimento justo e sustentável”, o evento reforçou o papel dos PDBs na implementação da Agenda 2030. Nesse encontro também foram lançadas iniciativas como o Livro de Referência dos PDBs, a atualização do banco de dados global com 536 instituições financeiras de desenvolvimento e a contribuição conjunta para a Quarta Conferência Internacional sobre Financiamento do Desenvolvimento (FfD4).

Adicionalmente, no Brasil, destaca-se a implementação da Taxonomia Sustentável Brasileira (TSB), construída em coordenação com órgãos federais e reguladores para padronizar critérios ambientais, sociais e de governança e orientar fluxos de capital para atividades alinhadas à transição sustentável. A ABDE integrou o Conselho Consultivo da TSB, contribuindo com evidências técnicas e a perspectiva dos bancos de desenvolvimento.

Embora o setor financeiro – em especial as Instituições Financeiras de Desenvolvimento – tenha ampliado seu papel, é urgente mobilizar recursos em larga escala e acelerar investimentos. Um futuro sustentável ainda é possível, mas depende de ação imediata, cooperação internacional e políticas robustas que promovam transformação estrutural, fortaleçam a resiliência das sociedades e respeitem os limites do planeta.

1.2. As Instituições Financeiras de Desenvolvimento e a Agenda 2030

O Brasil possui um dos Sistemas Nacionais de Fomento mais complexos e abrangentes do mundo. O país conta com um conjunto robusto de Instituições Financeiras de Desenvolvimento (IFDs) focadas na promoção do desenvolvimento econômico, social e ambiental sustentável e inclusivo, controladas tanto por governos nacionais e subnacionais, quanto cooperativas, que possuem em seus mandatos o fomento ao desenvolvimento.

O Sistema Nacional de Fomento (SNF) brasileiro é formado por um conjunto de 35 instituições, todas representadas pela Associação Brasileira de Desenvolvimento (ABDE). São elas:

1. Bancos públicos federais: BASA, BB, BNB, BNDES, CEF.
2. Bancos controlados por Unidades da Federação: Bandes, Banese, Banestes, Banpará, Banrisul, BDMG, BRB, BRDE.
3. Agências de fomento: AFAP, AFEAM, AGE, AgeRio, Badesc, Badespi, Badesul, Desenhahia, Desenvolve AL, Desenvolve MT, Desenvolve RN, Desenvolve RR, Desenvolve SP, Fomento PR, Fomento TO, GO Fomento.
4. Bancos cooperativos: Ailos, Cresol, Sicoob e Sicredi.
5. Outras instituições: Finep e Sebrae.

Esse conjunto de instituições tem posicionamento estratégico e grande relevância para apoiar o desenvolvimento sustentável do Brasil. Somadas, representaram 46% do total de crédito do Sistema Financeiro Nacional em 2024 — um portfólio de R\$ 2,4 trilhões em operações financeiras com mais de 45 milhões de clientes. O SNF também se destaca no financiamento às micro, pequenas e médias empresas (MPMEs), com uma carteira de mais de R\$ 280 bilhões de crédito para o segmento, de acordo com levantamento realizado pela ABDE no quarto trimestre de 2024. Ademais, o SNF tem papel fundamental na viabilidade de investimentos nacionais, representando 74% do financiamento de longo prazo e de infraestrutura nacional em 2024.

Com relação à capilaridade, essas instituições são capazes de mobilizar recursos de diferentes fontes e exercer função importante na coordenação de ações em diferentes níveis — nacional, subnacional e regional. Essa característica torna o SNF o principal ator para alavancar estratégias e iniciativas para projetos locais no Brasil, alcançando a demanda por crédito a nível desagregado e respondendo às especificidades locais.

Essas características, somadas à capacidade de operar como sistema e ao seu histórico de cooperação com organizações internacionais e multilaterais, colocam o SNF como um dos principais atores do financiamento à Agenda 2030 no Brasil, com o potencial de canalizar recursos nacionais e internacionais, traduzindo as ambições globais para as especificidades e realidades locais.

Buscando responder à questão sobre o volume do financiamento das IFDs alinhados aos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável no Brasil, a ABDE e o PNUD desenvolveram uma metodologia para estimar o fluxo de recursos destinados anualmente aos 17 objetivos e 169 metas da Agenda 2030.

Intitulada inicialmente como *Metodologia ABDE-PNUD de Alinhamento do Sistema Nacional de Fomento aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável*, sua primeira edição foi publicada em 2023, com dados de desembolsos entre os anos 2020 e 2022. Sua segunda edição foi lançada em

agosto de 2025, com dados de 2020 a 2023, com resultados mostrando a evolução dos fluxos financeiros ano a ano.

Destaca-se que, ao longo de suas duas edições, tem apresentado ampla visibilidade e destaque para o reconhecimento de seu ineditismo e importância durante o Fórum Político de Alto Nível Sobre Desenvolvimento Sustentável pela Secretária-Adjunta das Nações Unidas, a Sra. Amina J. Mohammed.

Nesta terceira edição, a Metodologia ABDE-PNUD passa a ser conhecida como Mapa do Financiamento aos ODS, apresentando o resultado dos fluxos financeiros das instituições do SNF para os 17 ODS durante o ano de 2024, relacionando-o, também, com os resultados dos anos anteriores, 2020 a 2023. A mudança de nome reflete a evolução do produto. No início, o foco era desenvolver e testar o método de classificação e alinhamento, a “metodologia”. Atualmente, diante da consolidação desse método, o propósito principal deixou de ser “explicar o como” e passou a ser mostrar o que acontece com os fluxos financeiros: onde estão, quanto representam, para quais ODS convergem e como avançam no tempo.

Diante disso, o “mapa” comunica melhor essa função, que é organizar, visualizar e comparar dados de financiamento, permitindo leitura a leitura da série histórica e acompanhamento de metas.

Com a continuidade da publicação, busca-se a construção de uma série histórica para o financiamento aos ODS por parte das IFDs brasileiras, por meio da qual procura-se contribuir com o monitoramento e avaliação da consecução da Agenda 2030 no Brasil.

Além do mais, cabe ressaltar que a própria metodologia aqui apresentada é uma iniciativa da ABDE e do PNUD, que contribui para o ODS 17 (Parcerias e Meios de Implementação), cujo objetivo é fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável, promovendo efetivas transformações no território.

1.3. Sobre a publicação Mapa do Financiamento aos ODS

A ABDE tem como objetivo transversal a busca pelo fortalecimento do SNF para que as instituições financeiras possam explorar suas potencialidades e alavancar projetos sustentáveis no país.

Neste contexto, adquirem particular importância o desenvolvimento de metodologias de avaliação e monitoramento das instituições e de suas atividades, acompanhadas de divulgação ampla, clara e objetiva dos dados a respeito de suas operações e impactos relacionados a elas. Como será mostrado a seguir, diversas IFDs brasileiras já possuem ou estão imple-

mentando metodologias, sejam *frameworks* ou taxonomias para estimar a adesão de suas carteiras a objetivos sociais, climáticos ou da Agenda 2030.

Em razão da importância da criação de taxonomias e metodologias padronizadas para reportar a contribuição das Instituições Financeiras de Desenvolvimento, a ABDE e o PNUD elaboraram o projeto *Formulação e implementação de metodologia para verificação de alinhamento do Sistema Nacional de Fomento à Agenda 2030 (Metodologia ABDE-PNUD)*, focado na atuação, especificidades e necessidades do SNF. Iniciado em 2021, o projeto está alinhado ao Memorando de Entendimento assinado pela ABDE e o PNUD, com o objetivo de “promover o debate sobre o papel das instituições do SNF, considerando a agenda dos ODS”.

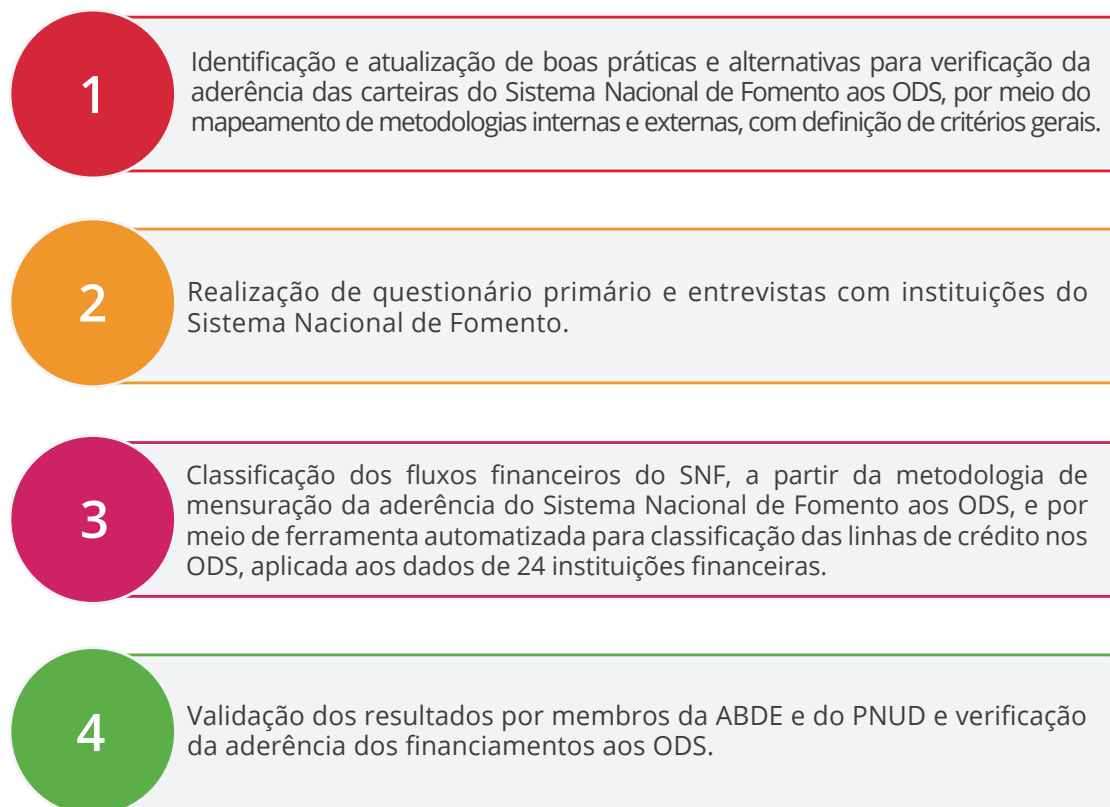
A publicação da primeira edição, em 2023, representou um grande esforço e mobilização para o mapeamento e classificação das ações, programas e produtos para o financiamento sustentável do SNF. Por estar diretamente relacionada à missão de fortalecimento do SNF no Plano ABDE 2030, contribuiu com uma metodologia inédita e robusta para verificar o direcionamento dos recursos disponibilizados pelas instituições para cada ODS, aumentando, consequentemente, a visibilidade, a transparência e a disseminação da atuação orientada às premissas das finanças sustentáveis por parte do SNF.

A segunda edição consolidou-se como uma ferramenta essencial para compreender e orientar o direcionamento dos recursos do SNF aos ODS entre 2020 e 2023, contando com grande engajamento por parte das IFDs e promovendo alinhamento estratégico e eficiência na gestão das instituições. Sua aplicação foi aprimorada com a automatização do processo de classificação dos fluxos financeiros das IFDs em 2023, por meio de uma ferramenta digital, que tornou o mapeamento das linhas de crédito mais ágil, preciso e integrado à estratégia de sustentabilidade do sistema.

Já a terceira edição do Mapa do Financiamento aos ODS focará na apresentação desagregada de contratações e desembolsos das IFDs em 2024, mantendo o processo de classificação dos fluxos por meio da ferramenta digital. Nesta edição, além da tradicional série histórica de desembolsos classificados como alinhados aos ODS durante cinco anos – de 2020 a 2024 – também serão apresentadas as contratações realizadas pelas instituições em 2024.

Com isso, a metodologia mantém como pergunta norteadora “Qual é a contribuição do Sistema Nacional de Fomento ao financiamento dos ODS?”. As quatro etapas principais que orientaram a elaboração desse documento foram:

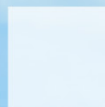
FIGURA 1. Principais etapas da construção do Mapa



Fonte: Elaboração própria.

Na próxima seção, serão detalhados os passos da construção da metodologia, com a apresentação das boas práticas de verificação da aderência de carteiras de crédito aos ODS, que contribuíram para a construção de arcabouço deste produto.

Além disso, também serão apresentados os resultados da aplicação da metodologia desenvolvida, isto é, a aplicação da ferramenta para classificação, a partir de dados primários de valor contratado e/ou desembolsado por produto financeiro das instituições.



2. METODOLOGIA

Para a criação da metodologia de mensuração e monitoramento da aderência dos recursos do SNF aos ODS, o projeto realizou, em sua primeira edição, um *benchmarking* para identificar, analisar qualitativamente e comparar as boas práticas nacionais e internacionais.

Para esse fim, foi realizado estudo exploratório, com revisão bibliográfica sobre as principais metodologias utilizadas para avaliar a contribuição sustentável de instituições financeiras e pesquisa de metodologias em documentos oficiais de pares setoriais.

Adicionalmente, foram realizados questionários e entrevistas com instituições financeiras associadas à ABDE para conhecimento de suas experiências no mapeamento de fluxos de recursos e na avaliação de adequação dos ODS.

2.1. Boas práticas e metodologias de verificação da aderência de carteiras aos ODS internas e externas ao Sistema Nacional de Fomento

A investigação de exemplos de boas práticas para a verificação da aderência das ações de instituições de fomento aos ODS selecionou nove referências para a construção do arcabouço do Mapa do Financiamento aos ODS.

Desse total, quatro são internas — metodologias criadas por entes do SNF —; quatro são externas — desenvolvidas e aplicadas em outras instituições —; e uma considerada híbrida — engloba as instituições do SNF, mas foi aplicada também às operações de instituições financeiras privadas.

A etapa de *benchmarking* buscou, assim, identificar: (1) métodos de avaliação de alinhamento de recursos e de avaliação de impacto nos ODS para as instituições de fomento; (2) os principais elementos utilizados; e (3) os desafios da construção de cada arcabouço metodológico. Constitui-se, portanto, referencial de boas práticas a ser seguido. A Figura 2 apresenta as entidades que fizeram parte do processo de benchmark como referência para o desenvolvimento da metodologia de aderência do SNF aos ODS.

FIGURA 2. Referências internas e externas de boas práticas para a criação da metodologia de aderência do Sistema Nacional de Fomento aos ODS

INTERNAS	EXTERNAS
BNDES	OCDE - PNUD
Banco do Brasil	AFD
BRDE	KfW
BDMG	Pacto Global da ONU
Febraban	

Fonte: Elaboração própria.

Para as referências externas, os materiais analisados foram os documentos de referência no tema publicados pelas instituições, conforme apresentado na Figura 3. O *Framework for SDG Aligned Finance*, desenvolvido pela OCDE e pelo PNUD, foi construído para apoiar na identificação de desafios comuns, de temas e de soluções para melhorar o alinhamento do financiamento aos ODS. O objetivo final era aprimorar o impacto do financiamento público e privado a partir do melhor uso dos recursos e do direcionamento ao desenvolvimento sustentável.

FIGURA 3. Materiais analisados de referências externas

OCDE - PNUD	<i>Framework for SDG Aligned Finance (2020)</i>
Agência Francesa de Desenvolvimento (AFD)	<i>Methodology Guide to the "Sustainable Development Opinion" Mechanism (2014)</i>
KfW Development Bank	<i>The SDG mapping of KfW Group (2022)</i>
Pacto Global da ONU	<i>SDG Compass The guide for business action on the SDGs (2015)</i>
Federação Brasileira de Bancos (Febraban)	<i>Taxonomia Verde (2021)</i>

Fonte: Elaboração própria.

O *framework* OCDE-PNUD apresenta recomendações para alinhamento dos financiamentos em três eixos principais: (1) políticas — melhores políticas para melhorar a integração e eficiência dos mercados; (2) padrões — harmonização de definições, métricas e *ratings*, transparência e compartilhamento de boas práticas; (3) ferramentas — questões de *de-risking*, digitalização e parcerias. Esse roteiro em direção ao alinhamento do desenvolvimento sustentável ressalta a importância da harmonização da avaliação dos impactos do financiamento, considerando padrões, metodologias/taxonomias comuns de diversos atores para o monitoramento das ações, além da revisão frequente do *framework* e seus resultados.

No *Methodology Guide to the Sustainable Development Opinion Mechanism*, da AFD, são disponibilizadas as diretrizes para a elaboração de opiniões e questionamentos nos ciclos dos projetos, sendo uma metodologia de apoio à inclusão intersetorial do desenvolvimento sustentável nas operações de financiamento da AFD. A metodologia sugere uma classificação que vai além de aspectos financeiros e riscos setoriais dos projetos para facilitar a formulação de opiniões/determinação de alinhamento dos financiamentos aos ODS.

A metodologia da AFD considera seis dimensões operacionais para o desenvolvimento sustentável: (1) desenvolvimento econômico; (2) bem-estar social e redução das desigualdades; (3) equidade de gênero; (4) conservação da biodiversidade, meio ambiente e recursos naturais; (5) mitigação de mudanças climáticas e seus impactos; e (6) sustentabilidade dos impactos e da governança dos projetos.

Para cada uma das dimensões, são realizadas perguntas que devem ser respondidas de acordo com o impacto esperado do projeto, pontuado em uma escala de “não aplicável”, neutro (= 0), impacto individual/micro (= 1), impacto médio (= 2), impacto estrutural (= 3), impacto negativo a ser mitigado durante a avaliação do projeto (= -1) e impactos muito negativos que podem inviabilizar o financiamento (= -2). Dessa forma, a AFD possui orientação e critérios claros de classificação de todos os seus projetos, endereçando inclusive efeitos negativos aos ODS, que contribuem para um reporte mais aproximado de suas ações para o financiamento da Agenda 2030.

O banco de desenvolvimento alemão KfW tem metodologia própria⁶ de mapeamento e reporte das contribuições dos financiamentos realizados com foco nos ODS derivada da Teoria da Mudança⁷. A metodologia está apoiada no conceito de cadeia de impacto, que se inicia no financiamento e segue para as atividades financiadas, para o resultado do financiamento para o beneficiário e termina com as externalidades mensuráveis para a sociedade, impactando os ODS.

A metodologia é baseada no entendimento do KfW sobre as características específicas de cada área de negócios financiada e dos impactos derivados do financiamento. Foram utilizados mais de 1.500 indicadores, além de taxonomias internacionais, marcos de desenvolvimento, metas estratégicas e setores econômicos, para criar a classificação dos dados de financiamento em ODS específicos. O *SDG Compass* do Pacto Global da ONU⁸ oferece um guia para que empresas alinhem, administrem e mensurem suas atividades e estratégias aos ODS. O guia é composto de cinco passos que auxiliam as empresas a maximizarem suas contribuições aos ODS, especialmente no caso de empresas de maior porte. Os passos principais são: (1) compreensão dos ODS; (2) priorização; (3) definição de objetivos; (4) integração; (5) reporte e comunicação.

O *SDG Compass* fornece recomendações de reporte e comunicação úteis para a criação de metodologias de avaliação de contribuições aos ODS, como a consideração dos impactos em

6. A nota metodológica está disponível em: <https://is.gd/NdH0aT>.

7. A Teoria da Mudança é uma ferramenta utilizada para a avaliação de impacto, que descreve como um programa gera resultados específicos a partir de resultados intermediários (Rodrigues, 2021). Para a referência da nota de rodapé 14, consultar: RODRIGUES, Patrícia Peres et al. Teoria da mudança e metodologias de avaliação de projetos sociais nas organizações. Revista de Empreendedorismo, Negócios e Inovação, v. 6, n. 1, p. 55-74, 2021.

8. O guia *SDG Compass* e outros materiais relacionados estão disponíveis em: <https://unglobalcompact.org/>.

cadeia do financiamento de negócios, que contribuem para a classificação mais aproximada de operações de crédito para empresas em ODS específicos.

Por fim, a Taxonomia Verde da Febraban⁹ é a metodologia de classificação das atividades financiadas pelo setor bancário brasileiro a partir de aspectos socioambientais e climáticos. A metodologia combina referências nacionais e internacionais que estão sendo adotadas pelo sistema financeiro para classificar o crédito sob o prisma socioambiental e climático, a partir de três modalidades: (i) Economia Verde — potenciais impactos positivos para o meio ambiente; (ii) exposição às mudanças climáticas — atividades com maior exposição aos riscos físicos e de transição relacionados às mudanças climáticas; (iii) exposição ao risco ambiental.

Na modalidade de Economia Verde, a Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE) foi avaliada em relação às taxonomias da *Climate Bonds Initiative (CBI)*, à Taxonomia da União Europeia (UE) e aos *Social Bond Principles (SBP)*, para verificação de alta ou moderada contribuição. No caso da exposição às mudanças climáticas, foi realizada a correspondência de setores da estrutura da CNAE com os setores com maior probabilidade de sofrer impactos financeiros relacionados às mudanças climáticas, conforme definido pela *Task Force on Climate-Related Financial Disclosures (TCFD)*, para verificação de alta ou moderada exposição das operações de financiamento.

Por fim, na modalidade de exposição ao risco ambiental, foi feita a correspondência dos setores CNAE com a classificação da resolução do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA), que categoriza tipos de atividades ou empreendimento de acordo com seu potencial de causar significativo impacto ambiental. A partir disso, é verificada se a exposição do financiamento é alta ou moderada. A metodologia também classifica linhas e programas que contêm critérios socioambientais definidos.

Algumas instituições do SNF têm metodologias próprias de avaliação de impacto nos ODS, como é o caso do BNDES, BDMG, BRDE e Banco do Brasil. Os arcabouços já institucionalizados e validados por instituições do SNF foram especialmente relevantes para o trabalho de criação do Mapa do Financiamento aos ODS, uma vez que endereçam as necessidades específicas da análise dos dados e informações de instituições de desenvolvimento. Os Boxes 1, 2 e 3 detalham as metodologias de três dessas instituições.¹⁰

9. A Taxonomia verde da Febraban pode ser consultada em: <https://is.gd/qYCSCs>.

10. É importante ressaltar que esse benchmarking foi realizado em 2021. Dessa forma, é possível que as instituições tenham modificado e/ou aprimorado suas metodologias de avaliação desde então.

BOX 1. Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES)

Em 2019, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) lançou o Portal ODS, uma página da web que tem como objetivo apresentar os desembolsos do Banco em cada Unidade da Federação por ODS. A iniciativa está em consonância com a Política de Responsabilidade Socioambiental do Banco, que prevê alinhamento estratégico não só aos ODS, mas também à Contribuição Nacionalmente Determinada (NDC) brasileira. O BNDES adotou um processo de parametrização para identificar quais das 169 metas relativas aos ODS tinham aderência aos projetos do banco. Essa parametrização extrai das bases de dados do banco as informações necessárias das operações, considerando os objetivos das soluções financeiras e os setores econômicos que guardam relação com os temas dos ODS, utilizando a Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A análise resultou em 62 metas condizentes com as soluções financeiras da instituição. Para relacionar as operações do BNDES e os respectivos ODS, foi desenvolvida uma matriz de solução financeira *versus* meta ODS. Cada solução financeira foi cotejada com as 62 metas, e, quando aderentes, foram classificadas no ODS correspondente. Embora os setores de baixa compatibilidade com os ODS tenham sido excluídos (como, por exemplo, usinas termelétricas), seus projetos de inovação foram admitidos, pois têm o potencial de conter os impactos negativos oriundos de suas atividades. Os desembolsos foram agregados anualmente, desde 2015, ano de elaboração dos ODS.

Fonte: Metodologia de identificação da contribuição do BNDES para os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS)¹¹ e Taxonomia de Sustentabilidade do BNDES – Revisão 2021.¹²

11. Metodologia de identificação da contribuição do BNDES para os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) está disponível na Nota Técnica BNDES de maio de 2021, que pode ser consultada em: <https://is.gd/pcjXmj>.

12. A Taxonomia de Sustentabilidade do BNDES – Revisão 2021 está disponível em: <https://bit.ly/4csNeUM>.

BOX 2. Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais (BDMG)

O BDMG foi um dos pioneiros na elaboração de *frameworks* e metodologias sustentáveis no Sistema Nacional de Fomento. A trajetória começou em 2013, quando o BDMG elaborou e adotou voluntariamente uma Política de Responsabilidade Socioambiental (PRSA). Em 2016, o banco desenvolveu e incluiu em sua política de crédito uma metodologia de gerenciamento de riscos ambientais. Mais adiante, lançou dois *frameworks* principais para reforçar seu apoio ao desenvolvimento sustentável: o *Framework* para emissão de títulos sustentáveis e o *Framework ODS*. O primeiro, lançado em 2018, contou com apoio técnico do BID para estruturar a emissão de títulos sustentáveis da instituição. O *Framework ODS*, por sua vez, tem o objetivo principal de avaliar a conformidade da carteira de crédito do banco em relação aos ODS.

O *Framework ODS* consiste em uma avaliação *ex-post* dos desembolsos efetuados pelo BDMG. As três etapas de classificação consistem em: (i) analisar as operações e classificá-las de acordo com as categorias do *framework* nas contribuições verdes e sociais; (ii) analisar as operações de crédito de acordo com o produto financeiro ofertado, a finalidade do financiamento, público-alvo, CNAE etc., observando os critérios de elegibilidade de cada categoria do *framework*; (iii) analisar os desembolsos realizados em face de cada um dos ODS relacionados. Na terceira etapa, para a avaliação dos impactos do desembolso total na economia mineira, o BDMG aplicou a metodologia da Matriz Insumo-Produto elaborada pela Fundação João Pinheiro (FJP), que permite identificar a quantidade de insumos de diferentes ramos necessária para a produção de um bem ou serviço. A partir dessa metodologia, é possível identificar os principais setores da economia e avaliar o impacto de políticas públicas sobre emprego, renda, arrecadação, entre outros.

É importante destacar que as categorias do *framework* foram consideradas apenas uma única vez, ou seja, mesmo que uma mesma operação possa ser enquadrada em mais de uma categoria, como “urbanização inclusiva e sustentável” e “recuperação econômica após desastres”, foi escolhida para fins do trabalho a categoria considerada mais representativa. Essa abordagem evita dupla contagem do volume financiado direcionado aos ODS.

Fonte: Retornos dos desembolsos do BDMG para economia de Minas Gerais (2018)¹³ e Relatório de sustentabilidade do BDMG.¹⁴

13. Retornos dos desembolsos do BDMG para economia de Minas Gerais. Disponível em: <https://www.bdmg.mg.gov.br/wp-content/uploads/2018/10/Retornos-dos-desembolsos-do-BDMG-para-a-economia-de-Minas-Gerais.pdf>.

14. Relatório de sustentabilidade do BDMG. Disponível em: <https://www.bdmg.mg.gov.br/relatorio-de-sustentabilidade/>.

BOX 3. Banco do Brasil (BB)

O Banco do Brasil, desde 2020, avalia os impactos socioambientais positivos sobre o montante das suas operações e linhas de crédito. A metodologia aplicada pela instituição foi desenvolvida pela Sitawi Finanças do Bem e é fundamentada em padrões reconhecidos internacionalmente, como, por exemplo, o *Green Bond Principles (GBP)* e *Climate Bonds Standards*.

A análise da carteira é dividida de acordo com as seguintes categorias: (i) Agricultura de Baixo Carbono; (ii) Boas Práticas Socioambientais; (iii) Carteira Empresarial — CNAEs de Economia Verde; (iv) Produtos Sociais; e (v) Energia Renovável.

Dentro da primeira categoria, Agricultura de Baixo Carbono, estão incluídas as onze linhas do Plano ABC e duas linhas do Plantio Direto voltadas ao custeio de despesas operacionais. Na categoria Boas Práticas Ambientais, foi avaliado um conjunto de 10 linhas de financiamento com potencial de adicionalidade socioambiental, tal como FCO Verde, Pronaf, Inovagro, entre outras.

A Carteira Empresarial — CNAEs de Economia Verde, por sua vez, compreende uma série de operações de crédito para setores econômicos que apresentam adicionalidade socioambiental positiva, alinhados à Taxonomia Verde da Federação Brasileira dos Bancos (Febraban). A lista dessas atividades econômicas inclui energia renovável, construção sustentável, transporte sustentável, gestão de resíduos, entre outras.

Na categoria Produtos Sociais, foi incluída uma gama de programas e linhas de financiamento que contribuem para a sustentabilidade do ponto de vista social. Alguns exemplos são: Fundo de Financiamento Estudantil; Programa Minha Casa, Minha Vida; BB Crédito Acessibilidade; Capital de Giro Pronampe Covid-19, entre outros.

Por fim, o banco também mantém um conjunto de linhas de financiamento destinadas às fontes de energia renovável (eólica, solar, biomassa e biogás), tendo como público-alvo pessoas físicas e pessoas jurídicas.

A avaliação das linhas consistiu na verificação de seu alinhamento em relação a taxonomias nacionais e internacionais. As linhas poderiam estar integral ou parcialmente alinhadas do ponto de vista ambiental e integral ou parcialmente alinhadas do ponto de vista social. Quanto maior o nível de alinhamento sob ambos os pontos de vista, maior a adicionalidade, numa escala que abrange os níveis: Alto, Moderado, Limitado e Insuficiente.

Fonte: *Framework de Finanças Sustentáveis do Banco do Brasil e Agenda 30 BB*.¹⁵

15. Disponível em: <https://www.bb.com.br/docs/portal/pub/CadernoAgenda30BB.pdf?378ee802602ae53b1621>.

Da etapa de *benchmarking*, lições importantes foram extraídas para a construção do Mapa do Financiamento aos ODS, conforme apresentado na Figura 4.

FIGURA 4. Boas práticas de destaque



Fonte: Elaboração própria.

Por fim, conclui-se que o reconhecimento da dificuldade da tarefa de criação de metodologia/taxonomia ODS para instituições financeiras encoraja que mais atores ofereçam contribuições ao debate, a fim de melhorar a transparência do apoio às metas sustentáveis, além de análises e dados customizados que podem continuar sendo aprimorados.

TABELA 1. Macroanálise comparativa das referências externas¹⁶

Externas	AFD	KfW	Pacto Global	Febraban
1. Políticas				
Taxonomia				
Própria, alinhada à Agenda 2030	●	●	●	
Externa, alinhada a premissas internacionais				●
Recorte temporal				
Anualizado	●	●		●
A partir de	2014	2018	2015	2019
2. Padrões				
Apuração de dados				
Linhas de financiamento	●			●
CNAEs		●		
Produtos	●			●
Desembolsos para projetos	●		●	
3. Ferramentas				
Alinhamento aos ODS				
Nível de especificidade	Impacto em meta ODS	Impacto em meta ODS	Pode chegar a indicador	Contribuição à economia verde e exposição a riscos ambientais e climáticos
Cotejamento	Escala padronizada	Tácito	Estrutura via análise de cadeia de valor e processos	Escala padronizada

Fonte: Elaboração própria, baseada no Framework for SDG Aligned Finance OCDE-PNUD.

16. A Taxonomia Verde da Febraban engloba as operações de crédito dos bancos nacionais e inclui os bancos do Sistema Nacional de Fomento que fazem parte da federação. Por isso, é considerada tanto referência externa quanto interna para os fins do presente trabalho.

TABELA 2. Macroanálise comparativa das referências internas

Internas	BDMG	BNDES	BRDE	BB
1. Políticas				
Taxonomia				
Própria, alinhada à Agenda 2030	●	●	●	
Externa, alinhada a premissas internacionais				●
Recorte temporal				
Anualizado	●	●	●	●
A partir de	2018	2015	2014	—
2. Padrões				
Apuração de dados				
Linhas de financiamento		●		
CNAEs	●	●		
Produtos				
Desembolsos para projetos	●		●	
3. Ferramentas				
Alinhamento aos ODS				
Nível de especificidade	Meta ODS	Meta ODS	Meta ODS	Meta ODS
Cotejamento	Tácito	Tácito / Palavras-chave padronizadas	Tácito	—

Fonte: Elaboração própria, baseada no Framework for SDG Aligned Finance OCDE-PNUD.

2.2. Novas contribuições

Esta subseção tem como finalidade atualizar o progresso de instituições nacionais e internacionais em relação aos avanços recentes no desenvolvimento de *frameworks*, relatórios e taxonomias sustentáveis que apresentem contribuições diretas ou indiretas para o alcance dos ODS.

2.2.1 Contribuições Internas

BOX 4. Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE)

A revisão de 2024 da Taxonomia de Sustentabilidade do BNDES representou uma mudança significativa na metodologia de classificação das operações do Banco. O novo modelo tornou os critérios mais granulares, incorporando indicadores como Mitigação e Adaptação às Mudanças Climáticas e Biodiversidade, além da Escala de Cor (Verde Forte, Verde Médio e Transição) e de uma lista de atividades pré-cadastradas associadas a objetivos sustentáveis. A principal inovação está na forma de análise das operações diretas, que deixam de se basear apenas na CNAE e passam a utilizar uma lista própria de atividades do Banco, previamente relacionadas a objetivos de sustentabilidade, o que aumenta a precisão na vinculação dos projetos a esses objetivos.

Outra mudança relevante está na lógica de apuração dos resultados, que agora distingue claramente as operações diretas, indiretas não automáticas e automáticas. As operações não automáticas passam a ter uma avaliação *ex-ante* dos objetivos de sustentabilidade, enquanto as automáticas mantêm a apuração *ex-post*, mas com uma nova parametrização alinhada à Economia Verde, ao Desenvolvimento Social e aos ODS. Essa nova estrutura metodológica será aplicada às operações diretas e indiretas não automáticas com data-base em 9 de janeiro de 2025, reforçando a consistência da mensuração e do monitoramento das iniciativas sustentáveis.

Por fim, a alteração mais importante para fins de divulgação pública diz respeito ao escopo de classificação dos ODS. A partir de 2024, o BNDES passou a divulgar a classificação dos projetos da instituição com base nas contratações, e não mais nos desembolsos, como ocorria anteriormente. Essa mudança alinha a metodologia à prática internacional e reflete de forma mais tempestiva o compromisso do Banco com os objetivos de sustentabilidade no momento da alocação dos recursos, permitindo maior transparência e aderência às metas de desenvolvimento sustentável.

Fonte: Taxonomia de Sustentabilidade do BNDES.¹⁷

17. Disponível em: <https://bit.ly/taxonomiabndes>.

BOX 5. Caixa Econômica Federal (CEF)

A atuação da CAIXA está fortemente conectada a diversos ODS de forma simultânea. Como principal agente operador de políticas públicas federais no Brasil, desempenha papel estratégico na implementação de programas que impactam diversos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) simultaneamente, gerando impactos positivos de forma transversal. A atuação da CAIXA demonstra como a mobilização de recursos financeiros pode ser direcionada a objetivos estratégicos de transformação social e ambiental.

Um dos maiores exemplos é o Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV), que, de acordo com a classificação interna da instituição, contribui diretamente para os ODS 1 (Erradicação da pobreza), 6 (Água potável e saneamento), 10 (Redução das desigualdades) e 11 (Cidades e comunidades sustentáveis), ao promover o acesso à moradia digna, com infraestrutura urbana e saneamento básico, especialmente para populações em situação de vulnerabilidade. Além disso, por meio de critérios de eficiência energética e localização, o programa também tangencia os ODS 7 (Energia limpa e acessível) e 13 (Ação contra a mudança global do clima).

A análise de *matching* de contribuição positiva disponível no site da instituição mostra a forte interconexão entre seus programas governamentais financiados pela CAIXA e os múltiplos ODS, reforçando a natureza transversal e integrada da atuação dessa instituição na agenda de sustentabilidade.

Fonte: Contribuições Positivas da CAIXA.¹⁸

18. Disponível em: <https://bit.ly/contribcaixa>.

BOX 6. Banco do Brasil (BB)

A Agenda 30 BB consolida a trajetória de 20 anos do Banco do Brasil em sustentabilidade, sendo o principal instrumento estratégico para alinhar seus negócios à agenda Ambiental, Social e de Governança (ASG). Em 2017, foi alinhada aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU, marcando um reposicionamento institucional.

No primeiro semestre de 2025, o Banco do Brasil apresentou avanços na execução da Agenda 30 BB, especialmente nas frentes financeira e ambiental. A Carteira de Crédito Sustentável atingiu US\$ 800 milhões em financiamento à agricultura sustentável sob os critérios de Empréstimos Verdes e foram destinados R\$ 49,2 bilhões à eficiência na gestão pública, superando metas anteriores. Além disso, o banco renegociou dívidas com 3,6 milhões de clientes e atingiu um saldo superior a R\$ 396 bilhões em crédito sustentável, incluindo a conservação de 850 mil hectares e a destinação de R\$ 2 bilhões à bioeconomia na Amazônia Legal, fortalecendo seu papel na transição para uma economia de baixo carbono.

Com foco em 2030, a Agenda 30 BB estabeleceu 10 compromissos estratégicos e 19 metas de longo prazo, distribuídas em três eixos: finanças sustentáveis, governança ASG e impactos positivos nas cadeias de valor. Entre as metas, destacam-se o objetivo de alcançar R\$ 500 bilhões em crédito sustentável, com R\$ 30 bilhões para energia renovável e R\$ 5 bilhões para bioeconomia. Também estão previstas reduções de 42% nas emissões diretas e na intensidade de carbono da carteira de crédito corporativo, além da conservação ou reflorestamento de 2 milhões de hectares e a recuperação de 1,5 bilhão de hectares degradados até 2030.

A execução desses compromissos ocorre por meio do Plano de Sustentabilidade, atualmente em sua 10ª edição (2025–2027), que detalha 100 ações estratégicas distribuídas em 20 temas prioritários. Essas ações são monitoradas com base em indicadores e prazos definidos, com avaliação semestral pelo Comitê Executivo de Sustentabilidade e divulgação anual via Relatório Anual. Essa estrutura de governança assegura a transparência, o acompanhamento rigoroso e os ajustes estratégicos, garantindo que os compromissos assumidos se traduzam em resultados mensuráveis e em impacto positivo para a sociedade e o meio ambiente.

Fonte: Agenda 30 BB.¹⁹

19. Disponível em: <https://www.bb.com.br/site/sustentabilidade>.

BOX 7. Banco Regional do extremo Sul (BRDE)

Em 2024, o Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE) consolidou o alinhamento de suas operações aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), adotando uma metodologia própria baseada na Tipologia Sustentável de Projetos e Atividades (TSPA).

Essa ferramenta foi desenvolvida levando em conta o histórico de atuação do banco, suas políticas de crédito e as particularidades econômicas da região. Cada operação é analisada individualmente, considerando o propósito do financiamento, o porte do tomador e outras características relevantes, como iniciativas de empreendedorismo feminino. Os projetos classificados como sustentáveis são enquadrados na TSPA, conforme sua contribuição às metas da Agenda 2030, respeitando o princípio de integração e interdependência entre os ODS, o que permite reconhecer quando um mesmo projeto gera impacto em diferentes frentes. A metodologia combina duas perspectivas complementares: a Visão da Carteira, que mede o alinhamento principal de cada operação e a Visão dos ODS, que capta os efeitos multiplicadores das ações que contribuem para mais de um objetivo.

Os resultados de 2024 mostram um forte engajamento do BRDE com a agenda sustentável. Do total de R\$ 6 bilhões contratados no ano, 82% (R\$ 4,9 bilhões) tiveram alinhamento com ao menos um ODS. As operações diretas alcançaram 80,4% de alinhamento, enquanto as indiretas (realizadas por meio de parceiros) atingiram 86,8%. As agências regionais também mantiveram índices expressivos: Porto Alegre (82,8%), Florianópolis (80,5%) e Curitiba (82,4%). Essa abrangência reflete a transversalidade dos ODS e o entendimento de que bons projetos geram múltiplos benefícios, motivo pelo qual o valor total das contribuições supera o montante financiado em 26,2%.

Atualmente, o BRDE está em fase de revisão e aprimoramento de sua tipologia sustentável, com o objetivo de tornar o processo de classificação e mensuração de impacto ainda mais preciso.

Fonte: Tipologia Sustentável de Projetos e Atividades.²⁰

20. Disponível em: <https://www.brde.com.br/responsabilidade-socioambiental/o-brde-e-os-ods/>.

BOX 8. Taxonomia Sustentável Brasileira (TSB)

A Taxonomia Sustentável Brasileira (TSB) constitui um sistema de classificação, cuja finalidade é identificar com precisão quais atividades econômicas, ativos e projetos contribuem de forma efetiva e verificável para o alcance dos objetivos ambientais, econômicos e sociais do país. O decreto com a TSB será publicado no segundo semestre de 2025, estabelecendo orientações para o mercado, com critérios e indicadores claros que permitem avaliar se uma atividade promove genuinamente a sustentabilidade e apoia a transição para uma economia de baixo carbono.

A estrutura da TSB foi construída como um sistema de referência rigoroso, com 14 cadernos técnicos — totalizando mais de 900 páginas — que detalham critérios de elegibilidade e indicadores para cada setor econômico. Embora sua adoção seja inicialmente voluntária, o governo prevê que, futuramente, empresas e instituições financeiras passem a divulgar relatórios baseados nesses critérios, reforçando a padronização e a rastreabilidade das finanças sustentáveis. Os primeiros cadernos abordam desde aspectos metodológicos e de governança — como salvaguardas mínimas, enfrentamento das desigualdades e mecanismos de monitoramento, relato e verificação (MRV) — até diretrizes específicas para setores como agricultura, energia, saneamento, transportes, construção civil e indústria.

Além de tratar de temas ambientais e climáticos, a TSB incorpora dimensões sociais como a redução das desigualdades e a promoção da equidade de gênero e raça, um diferencial em relação a outras taxonomias internacionais. Essa inclusão reflete o compromisso do Brasil com uma abordagem de sustentabilidade que é integradora e inclusiva, alinhada aos princípios dos ODS 5 (Igualdade de gênero), 10 (Redução das desigualdades) e 13 (Ação climática).

A TSB organiza-se em três grandes eixos de ação: (i) mobilizar recursos financeiros para atividades com comprovado impacto positivo; (ii) estimular o desenvolvimento tecnológico sustentável e o aumento da produtividade e competitividade nacional; e (iii) garantir transparência e confiabilidade nas informações sobre fluxos de capital verde. A partir desses pilares, a taxonomia pretende guiar o mercado de finanças sustentáveis, evitando práticas de *greenwashing* e fortalecendo o papel do Brasil como referência internacional em sustentabilidade.

Reconhecida como um instrumento catalisador da transição ecológica, a TSB será incorporada à legislação por meio de um decreto federal e posteriormente regulamentada pelos principais órgãos do sistema financeiro.

Fonte: *Taxonomia Sustentável Brasileira*.²¹

21. Disponível em: <https://www.gov.br/fazenda/pt-br/orgaos/spe/taxonomia-sustentavel-brasileira>.

2.2.2 Contribuições Externas

BOX 9. Banco Europeu de Investimento

O *framework EIB Group Paris-alignment of counterparties framework (PATH)* foi desenvolvido pelo Grupo do Banco Europeu de Investimento (BEI) e implementado em 2021 para assegurar que todas as novas operações do banco estivessem alinhadas aos princípios e metas do Acordo de Paris. Criado como parte da estratégia climática do BEI, o PATH define como o banco se relaciona e apoia suas contrapartes, corporações e intermediários financeiros, no processo de descarbonização.

Baseado em uma abordagem de risco, o *framework* prioriza setores de alta emissão, como carvão, gás, aço e cimento, exigindo que as empresas apresentem planos de transição com metas quantitativas de redução de emissões compatíveis com a trajetória de 1,5°C. Quando o plano ainda não existe, a empresa deve se comprometer contratualmente a desenvolvê-lo e publicá-lo, sob pena de sanções por descumprimento. O PATH também se estende aos intermediários financeiros, que são incentivados a adotar padrões de transparência climática, como os da TCFD, reforçando o alinhamento climático em toda a rede financeira europeia.

Esse *framework* foi parte essencial do Roteiro do Banco Climático 2021-2025, criado em 2020 para operacionalizar o compromisso do BEI, assumido em 2019, de se tornar o banco climático da União Europeia. O Roteiro definiu três grandes objetivos: mobilizar um trilhão de euros em investimentos verdes até 2030, destinar 50% do financiamento anual a ações climáticas até 2025 e garantir o alinhamento total das operações ao Acordo de Paris, objetivo viabilizado pela implementação do PATH. O plano também promoveu amplas mudanças organizacionais, abrangendo desde a estrutura institucional até a oferta de produtos financeiros e serviços de consultoria, o que foi avaliado por meio de uma metodologia robusta com revisão de portfólio, entrevistas e estudos de caso.

Fonte: *EIB Group Paris-alignment of counterparties framework*.²²

22. Disponível em: https://www.eif.org/news_centre/publications/eibg-climate-bank-roadmap-2021-2025-evaluation.pdf.

BOX 10. Banco Europeu para Reconstrução e Desenvolvimento

O *Framework* Estratégico e de Capital (SCF) 2026-2030 do Banco Europeu para Reconstrução e Desenvolvimento (BERD) foi desenvolvido em um contexto global desafiador, marcado por conflitos geopolíticos, mudanças climáticas e avanços tecnológicos rápidos. O *framework* busca aprofundar o “impacto de transição sistêmico”, promovendo condições favoráveis para a iniciativa privada e a mobilização de capital privado, apoiado por um aumento de capital social integralizado de 4 bilhões de euros, aprovado no final de 2023.

A metodologia do SCF está estruturada em seis qualidades de transição (competitiva, bem governada, verde, inclusiva, resiliente e integrada), que orientam a avaliação do progresso nos países de operação e guiam a estratégia dos países para os próximos cinco anos. O modelo combina o foco central no setor privado com investimentos seletivos no setor público, atuação catalítica na mobilização de recursos, uso disciplinado de doadores e engajamentos de políticas públicas, reforçando a capacidade do BERD de gerar mudanças sistêmicas.

O SCF concentra-se em três temas estratégicos interligados que orientam a ação do banco. O primeiro é a aceleração da transição verde, com investimento em seis sistemas econômicos centrais (energia, urbano, industrial, agronegócio, transporte e intermediação financeira) e a meta de destinar pelo menos 50% do investimento anual a fins verdes. O segundo tema aborda o fortalecimento da governança econômica, utilizando investimentos, especialmente no setor público, para promover reformas sistêmicas e garantir condições de concorrência equitativas.

O terceiro tema foca na promoção do capital humano e da igualdade de oportunidades, ampliando o acesso a qualificações, emprego, finanças e infraestrutura inclusiva, com atenção especial ao empoderamento econômico das mulheres. Para cada um desses temas, o *framework* aprimora os sistemas de medição e monitoramento de impacto, que estarão plenamente operacionais em 2026, permitindo análises mais consistentes e comunicação clara dos resultados.

Fonte *Strategic and Capital Framework*.²³

23. Disponível em: <https://www.ebrd.com/home/what-we-do/strategic-and-capital-framework.html#customtab-62a98b8d26-item-ba7a644d09-tab>.

BOX 11. Banco Asiático de Desenvolvimento

O Plano de Ação Ambiental 2024–2030 (EAP) do Banco Asiático de Desenvolvimento (ADB) foi criado como resposta à perda de biodiversidade, à poluição e às mudanças climáticas, em um contexto de grande urgência. Na região da Ásia e do Pacífico, embora o crescimento econômico seja expressivo, os impactos ambientais têm sido significativos e mais da metade da economia depende diretamente dos recursos naturais.

A degradação ambiental compromete o desenvolvimento econômico, a saúde e o bem-estar das populações, especialmente as mais vulneráveis. Nesse cenário, o EAP busca alinhar as operações do ADB com acordos internacionais, como o Quadro Global de Biodiversidade de Kunming-Montreal e o Acordo de Paris, ampliando o escopo e o alcance dos investimentos ambientais do banco.

O *framework* do EAP organiza-se em três pilares estratégicos que se complementam. O primeiro, Gestão da Biodiversidade e dos Ecossistemas, concentra-se na conservação, restauração e uso sustentável dos ecossistemas terrestres e aquáticos. O segundo, Controle da Poluição e Economia Circular, busca prevenir e reduzir a poluição, promovendo o uso eficiente de recursos e práticas de economia circular em áreas como qualidade do ar, resíduos e poluição marinha. O terceiro pilar, Soluções Climáticas Baseadas na Natureza, utiliza os recursos naturais para enfrentar mudanças climáticas, perda de biodiversidade e poluição, ao mesmo tempo em que fortalece a resiliência das comunidades, a segurança hídrica e alimentar e cria oportunidades econômicas mais verdes. Esses pilares oferecem uma abordagem integrada que procura incorporar a sustentabilidade ambiental em todas as operações do ADB.

A implementação do EAP ocorre em três níveis de engajamento. No nível *upstream*, o foco é integrar prioridades ambientais nas estratégias de parceria com os países e aprimorar os sistemas de monitoramento corporativos. No nível *midstream*, o banco apoia políticas e regulações, integra as prioridades ambientais em sua programação e desenvolve pipelines de projetos, promovendo financiamento inovador e aquisições sustentáveis. No nível *downstream*, as ações concentram-se na execução de investimentos nos setores público e privado, ampliando projetos que tratam diretamente da perda de biodiversidade e da poluição e garantindo que a sustentabilidade seja considerada em todos os setores.

Espera-se que o EAP contribua para a transição da região para um desenvolvimento positivo para a natureza, apoiando a meta de 100 bilhões de dólares em financiamento climático entre 2019 e 2030, gerando mais de 4 trilhões de dólares em valor econômico e cerca de 232 milhões de empregos anuais até 2030, promovendo crescimento sustentável, empregos verdes e maior resiliência ambiental na Ásia e no Pacífico.

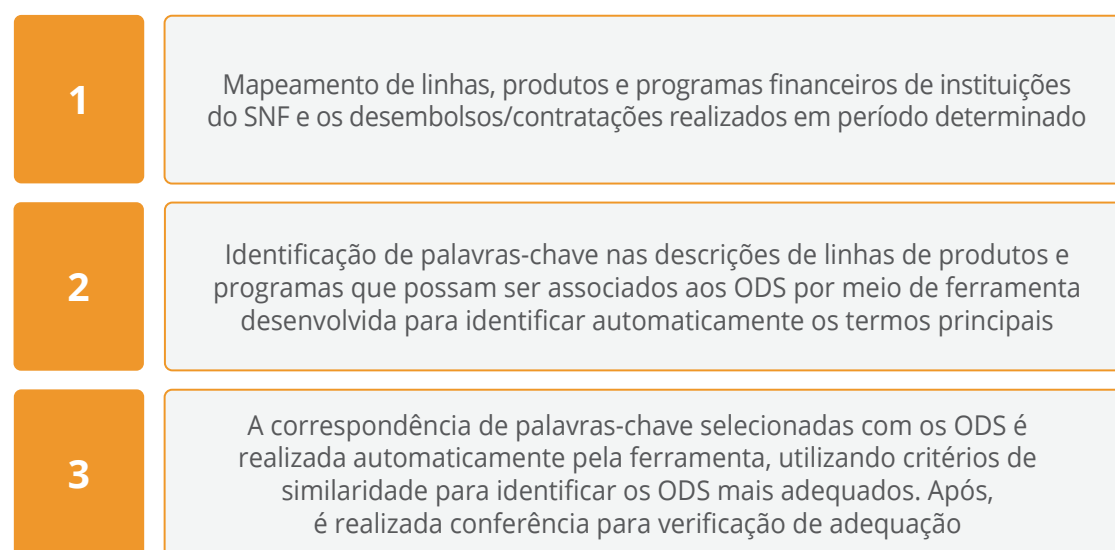
Fonte: Plano de Ação Ambiental 2024–2030.²⁴

24. Disponível em: <https://www.adb.org/sites/default/files/institutional-document/1010926/environment-action-plan-2024-2030.pdf>.

2.3. Metodologia e critérios de classificação dos financiamentos do SNF nos ODS

O principal objetivo da metodologia desenvolvida no Projeto ODS ABDE-PNUD é oferecer uma classificação agregada dos financiamentos direcionados aos ODS por parte das instituições do Sistema Nacional de Fomento, utilizando a coleta de dados primários com as associadas da ABDE para verificação da aderência dos fluxos financeiros aos ODS. Para isso, baseando-se principalmente nas experiências do BNDES e do KfW, destacadas na seção 2.1 e levando em consideração os aprendizados adquiridos na etapa de *benchmarking* e as boas práticas destacadas, o Mapa do Financiamento aos ODS: alinhando fluxos e acelerando metas para o desenvolvimento sustentável foi implementado em três grandes etapas principais.

FIGURA 5. Etapas da implementação do Mapa do Financiamento aos ODS



Fonte: Elaboração própria.

Para a construção da base de dados (Etapa 1), a ABDE enviou formulário de consulta para todos os seus associados, solicitando informações de linhas e programas de crédito, bem como os valores efetivamente contratados/desembolsados em cada produto. Para complementar as informações recebidas, recorreu-se à pesquisa nos sites e materiais oficiais de cada uma das instituições. Com isso, foi possível agregar informações sobre as características, objetivos, público-alvo e outras informações relevantes para a identificação de palavras-chave e classificação das ações como parte de um ou mais ODS.

Nesse processo, buscou-se padronização das informações a partir das fontes oficiais, identificando os nomes das linhas ou operações de crédito, suas descrições e o valor total desembolsado e/ou contratado. Essa foi uma preocupação relevante na construção da metodologia e da ferramenta de classificação, uma vez que a mesma linha poderia apresentar alterações significativas em sua descrição, a depender do formato em que estão publicadas e divulgadas, além de evitar que a mesma linha passasse por uma dupla contagem, o que poderia prejudicar a confiabilidade dos resultados obtidos.

Após a construção da base de dados, o passo seguinte foi a identificação de ações descentralizadas, isto é, aquelas realizadas por instituições que atuam por meio de intermediários financeiros. Essa verificação teve o objetivo de evitar a dupla contagem e, consequentemente, superestimação dos resultados.

Na Etapa 2, houve a identificação das palavras-chave que representavam as iniciativas, buscando termos que estivessem em maior consonância com a linguagem dos ODS. Isso resultou na criação de um dicionário de termos. Na segunda edição do Mapa, essa etapa sofreu aprimoramentos com a criação de uma ferramenta automatizada para essa finalidade. Essa ferramenta não só facilitou a identificação de palavras-chave, mas também permitiu a configuração de parâmetros de seleção mais precisos. Entre os critérios automatizados, destacam-se a similaridade mínima aceitável dos termos e a quantidade mínima de termos necessários para associar uma linha de crédito a um ODS específico.

Dessa forma, a ferramenta segue as seguintes regras para o cálculo de valores associados aos ODS e metas: i) se houver classificação apenas no nível de ODS, o valor é computado diretamente nesse nível; ii) se a classificação estiver disponível apenas no nível de metas, o valor computado será a soma do valor alocado a cada meta, resultando em um total maior no nível de ODS (o que atribui mais peso ao ODS que tiver mais metas associadas); iii) se houver classificações tanto no nível de ODS quanto de metas, serão utilizadas somente as metas como referência para o cálculo, somando os valores por meta e totalizando no nível de ODS. Assim, com essa abordagem, a ferramenta garante maior precisão e coerência na alocação dos valores, evitando a dupla contagem e refletindo de forma mais fiel as iniciativas em relação aos ODS e suas metas específicas.

Na Etapa 3, foi realizada a correspondência entre as palavras-chave selecionadas e as metas dos ODS. Inicialmente, esse *matching* foi baseado em um relatório do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) que adapta as metas globais da Agenda 2030 à realidade brasileira. No entanto, essa etapa também foi atualizada na segunda edição, com a revisão do dicionário de palavras-chave e com a introdução de uma ferramenta, um parâmetro final de corte para limitar o número de ODS ou metas resultantes da classificação, ordenando-os por similaridade de termos.

Como resultado dessas etapas, foi construída uma matriz que atribui uma classificação mais precisa aos ODS impactados diretamente por cada produto financeiro analisado, facilitando a integração das práticas de sustentabilidade nas operações das instituições do Sistema Nacional de Fomento.

A estimativa da distribuição dos valores destinados pelas instituições a cada objetivo dentro de uma mesma linha foi feita de forma uniforme entre os ODS sinalizados na matriz de classificação, isto é, se uma linha ou programa contribui para “n” ODS, considerou-se que cada um recebe a proporção de $1/n$ do montante disponibilizado para o produto.

Em sua terceira edição, a metodologia utilizada para construção do Mapa do Financiamento aos ODS: alinhando fluxos e acelerando metas para o desenvolvimento sustentável foi aplicada aos dados fornecidos por 24 instituições associadas à ABDE. Desse total, 6 são instituições federais, 2 cooperativas, 5 bancos controlados por unidades federativas e 11 agências de fomento.

FIGURA 6. Instituições do SNF que participaram da terceira edição do Mapa do Financiamento aos ODS

24 INSTITUIÇÕES				
Instituições federais	Sistema cooperativo	Bancos controlados por UF	Agências de fomento	
Basa BB BNDES BNB CEF Finep	Sicredi Sicoob	Bandes Banrisul BDMG BRB BRDE	Afeam AGE PE AgeRio Badesc Badespi Badesul	Desenbahia Desenvolve AL Desenvolve SP Fomento PR GoFomento

Fonte: Elaboração própria.

Nesta edição, um diferencial foi a segregação dos fluxos financeiros em contratações e desembolsos, conforme será evidenciado na próxima seção. Contratações referem-se à formalização de novos créditos ou financiamentos aprovados em determinado ano, neste caso, em 2024. Representam o compromisso futuro de alocação de recursos. Já os desembolsos indicam os valores efetivamente pagos, considerando o período de 2020 a 2024, possibilitando a análise da execução financeira e do impacto real das operações. Apenas as instituições que mantiveram o envio contínuo dos dados puderam contribuir para a série histórica de desembolsos²⁵.

A separação entre esses dois fluxos é essencial para garantir transparência e qualidade na avaliação do alinhamento ao ODS. Enquanto as contratações demonstram a intenção atual de financiamento sustentável, os desembolsos revelam o progresso concreto ao longo do tempo, permitindo uma análise mais robusta do impacto real das IFDs.

25. Nesta terceira edição, 17 IFDs enviaram os dados dos desembolsos para os 5 anos de análise.

Considerando essas duas aberturas, que compõem os fluxos financeiros do SNF, foram solicitados às instituições que enviassem ambos os dados, o que nem sempre foi possível. Tendo em vista a indisponibilidade de alguma das categorias, houve o envio de pelo menos uma das categorias (desembolsos e/ou contratações) para que a instituição tivesse seus dados analisados nesta publicação. Partindo-se disso, foram criadas duas seções para análise de resultados e avaliação dos ODS mais financiados, com as seguintes instituições participantes em cada categoria:

FIGURA 7. Instituições do SNF que participaram da terceira edição do Mapa do Financiamento aos ODS e enviaram dados de contratações



Fonte: Elaboração própria.

FIGURA 8. Instituições do SNF que participaram da terceira edição do Mapa do Financiamento aos ODS e enviaram dados de desembolsos

17 INSTITUIÇÕES			
Instituições federais		Bancos controlados por UF	
Basa		Bandes	
BB		BDMG	
BNDES		BRB	
Finep		BRDE	
Agências de fomento			
		Afeam	Desenvolve AL
		AGE PE	Desenvolve SP
		Badesc	Fomento PR
		Badesul	GoFomento
		Desenbahia	

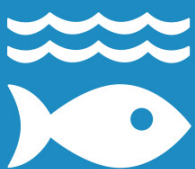
Fonte: Elaboração própria.

Logo, considerando as questões acima, a aplicação da metodologia ocorreu da seguinte forma: as instituições forneceram os dados de desembolsos e/ou contratações anuais para cada linha de crédito, programa ou produto financeiro em seus portfólios referentes aos anos de 2020, 2021, 2022, 2023 e 2024. Essas informações foram analisadas e classificadas de acordo com os ODS e suas metas. Considerando uma lista de palavras-chave e expressões elaborada na primeira edição do Mapa e atualizada na segunda edição, foi possível obter a estimativa dos valores destinados ao alcance de cada ODS pelo Sistema Nacional de Fomento.

Os resultados obtidos com a aplicação da metodologia do Mapa do Financiamento aos ODS se configuram, portanto, como uma boa *proxy* da contribuição mapeada do SNF para o alcance dos objetivos da Agenda 2030 de Desenvolvimento Sustentável.



14 VIDA NA
ÁGUA



3 SAÚDE E
BEM-ESTAR



15 VIDA
TERRESTRE



6 ÁGUA POTÁVEL
E SANEAMENTO



13 AÇÃO CONTRA A
MUDANÇA GLOBAL
DO CLIMA



3. RESULTADOS DA ADERÊNCIA DO SNF AO FINANCIAMENTO DOS ODS

3.1. Contratações de 12 IFDs em 2024

Nesta seção, o Mapa do Financiamento aos ODS traz, de forma inédita, uma análise das contratações de crédito realizadas por 12 IFDs do SNF no ano de 2024. Estas instituições, juntas, possuem grande representação para o SNF, pois englobam IFDs que possuem anualmente fluxos muito expressivos, como BNDES, CEF, Sicoob e Sicredi.

As contratações representam o valor total dos novos financiamentos formalmente aprovados e assinados entre as instituições financeiras e seus clientes em um determinado período. Elas indicam o montante de recursos comprometidos para apoiar projetos, investimentos e atividades produtivas, ainda que a liberação dos valores (desembolsos) ocorra posteriormente.

No âmbito do SNF, as contratações refletem o volume de novos créditos destinados ao desenvolvimento econômico e social, permitindo identificar quais setores e ODS estão sendo mais estimulados pelas políticas de financiamento em determinado ano.

Em 2024, as 12 Instituições Financeiras de Desenvolvimento (IFDs) que participaram do Mapa do Financiamento aos ODS, enviando seus dados de contratações de crédito, registraram um total de aproximadamente R\$ 1,0 trilhão em operações alinhadas aos ODS. Esse montante reforça a importância do SNF como instrumento essencial de financiamento ao desenvolvimento sustentável e demonstra o compromisso crescente das instituições com a Agenda 2030.

A análise da distribuição dos recursos contratados evidencia uma forte concentração em eixos estruturantes da economia e do desenvolvimento urbano. O ODS 8 (Trabalho Decente e Crescimento Econômico) foi o principal destino dos financiamentos, com R\$ 261,6 bilhões, refletindo a prioridade dada às iniciativas voltadas à geração de emprego, estímulo à atividade produtiva e fortalecimento de micro, pequenas e médias empresas. Em seguida, aparecem o ODS 9 (Indústria, Inovação e Infraestrutura), com R\$ 176,6 bilhões e o ODS 2 (Fome Zero e Agricultura Sustentável), com R\$ 116,3 bilhões, demonstrando o papel estratégico das IFDs no apoio à modernização da infraestrutura econômica e tecnológica e ao financiamento do setor agropecuário.

O ODS 11 (Cidades e Comunidades Sustentáveis) também teve destaque, alcançando R\$ 135,5 bilhões em contratações, impulsionado principalmente pelas contratações da CAIXA Econômica Federal, que manteve protagonismo em projetos de habitação, saneamento, mobilidade urbana e infraestrutura municipal.

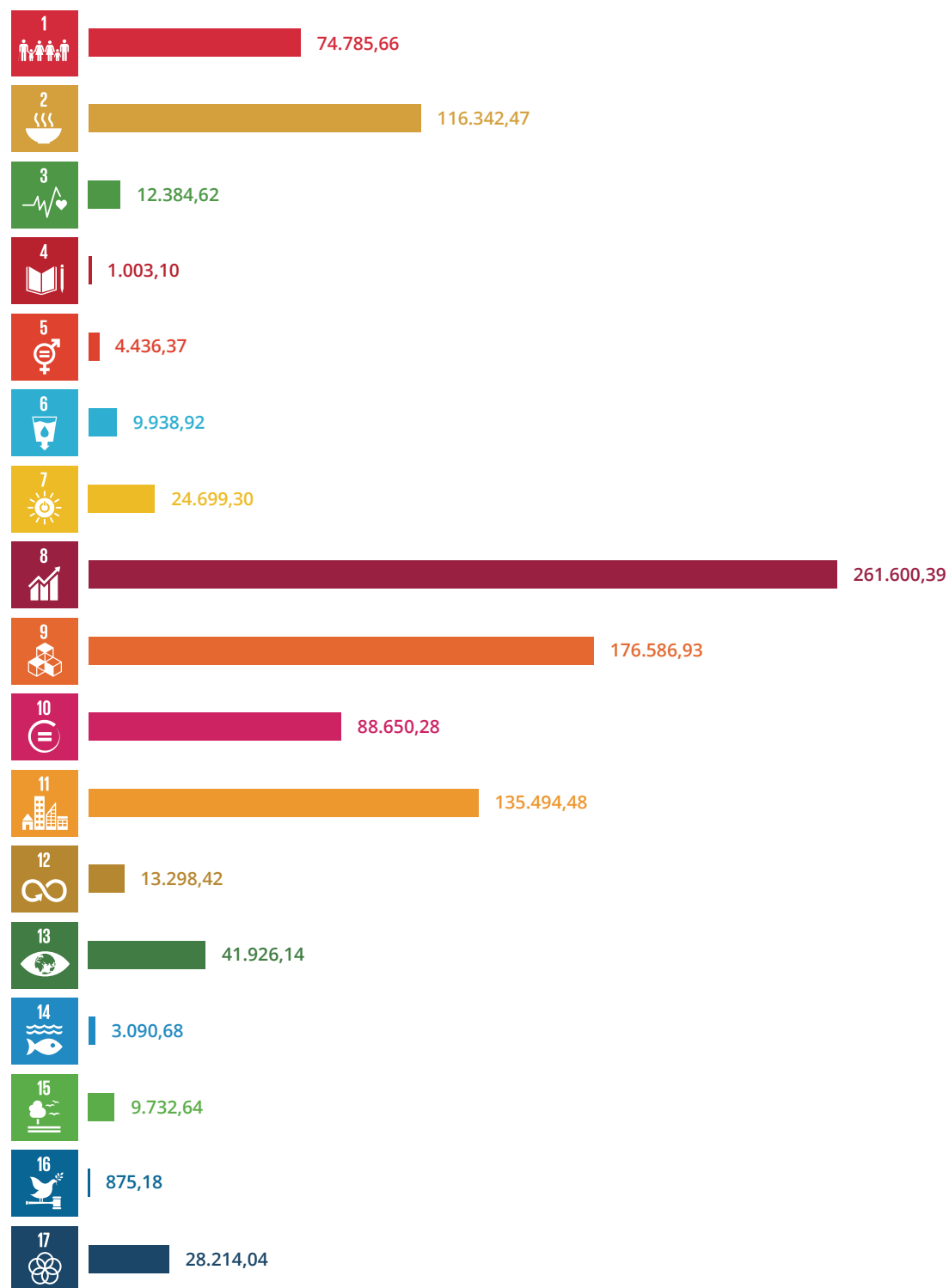
Somados, esses quatro objetivos concentraram cerca de 68,8% do volume total contratado em 2024, evidenciando o perfil das IFDs brasileiras, com forte atuação na promoção do crescimento econômico sustentável, fortalecimento das estruturas produtivas e urbanas e redução das desigualdades regionais. Ainda assim, há espaço para expandir o apoio financeiro a outros ODS, especialmente os de natureza social, ambiental e institucional, ampliando a contribuição do SNF para o alcance pleno dos compromissos da Agenda 2030 no Brasil.

GRÁFICO 1. Participação de cada ODS em relação ao total contratado de 2024



Fonte: SNF. Elaboração: ABDE.

GRÁFICO 2. Total contratado, em valores correntes, pelo SNF aos ODS de 2024 (em R\$ milhões)



Fonte: SNF. Elaboração: ABDE.

3.2. Desembolsos de 17 IFDs de 2020-2024

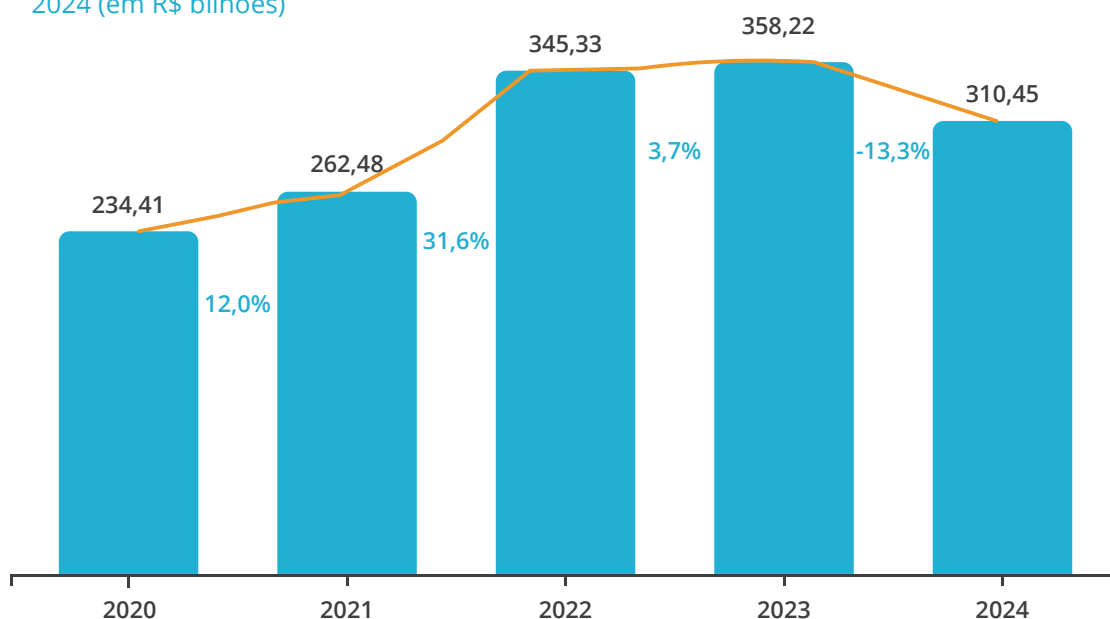
Nesta subseção, o Mapa do Financiamento aos ODS manteve a série histórica para desembolsos do SNF, com o objetivo de analisar os últimos cinco anos de financiamento aos ODS, de forma a reunir evidências, tendências e resultados acumulados neste período.

Entre 2020 e 2024, de acordo com estimativas baseadas no Mapa do Financiamento aos ODS, foi desembolsado pelo SNF aproximadamente R\$ 1,5 trilhão aos ODS. O montante considera os desembolsos ou as liberações de 17 IFDs que participaram desta edição reportando os seus dados. O valor expressivo classificado como alinhado à Agenda 2030 reafirma o papel estrutural do SNF no financiamento do desenvolvimento sustentável no Brasil, em especial na articulação entre crescimento econômico, modernização produtiva, coesão territorial e transição para uma economia de baixo carbono.

A série histórica de desembolsos classificados revela expansão forte de 2020 a 2023, seguida de arrefecimento em 2024. O ciclo começa em 2020 com um montante de desembolsos de R\$ 234,41 bi e avança 12,0% em 2021 (R\$ 262,48 bi). Em 2022 ocorre a alta de 31,6%, levando ao total a R\$ 345,33 bi. Já 2023 mantém o patamar elevado, com +3,7% e pico de R\$ 358,22 bi. Em 2024, há recuo de 13,3%, para R\$ 310,45 bi — ainda 32,4% acima de 2020, 10,1% abaixo de 2022 e 13,3% abaixo do pico de 2023.

A queda dos desembolsos em 2024 reflete, sobretudo, efeito de composição: o grupo formado por bancos públicos, responsável pelo maior peso no agregado, reduziu o ritmo de desembolsos, o que não foi totalmente compensado pelos avanços de bancos/agências regionais e estaduais. Do lado econômico, alguns fatos ajudam a explicar este movimento: (1) demanda mais fraca por crédito, devido à alta das taxas de juros; e (2) oferta de crédito por parte dos bancos públicos mais seletiva e voltada a projetos estruturantes, que têm ciclos mais longos entre aprovação e desembolso, gerando defasagem temporal.

GRÁFICO 3. Evolução do total desembolsado pelo SNF e classificado nos ODS de 2020 a 2024 (em R\$ bilhões)



Fonte: SNF. Elaboração: ABDE.

No acumulado dos últimos cinco anos, observa-se a predominância de objetivos associados à dinamização econômica, infraestrutura e agenda urbana, com vetores ambientais em trajetória de consolidação.

O ODS 8 (Trabalho Decente e Crescimento Econômico) concentrou R\$ 344,3 bilhões (22,8% do total), refletindo a força de linhas voltadas a investimento produtivo, capital de giro e empreendimentos com elevado efeito multiplicador sobre o emprego em diferentes regiões do país. Na mesma direção, o ODS 9 (Indústria, Inovação e Infraestrutura) alcançou R\$ 278,6 bilhões (18,4%), espelhando a prioridade das IFDs em infraestrutura logística, energética e tecnológica, condição necessária para ganhos de produtividade e competitividade no setor produtivo.

Já a dimensão urbana, que aparece com destaque no ODS 11 (Cidades e Comunidades Sustentáveis), somou R\$ 112,8 bilhões (7,5%). Esse patamar traduz a relevância de investimentos em habitação, mobilidade, saneamento e equipamentos coletivos, com impactos diretos na qualidade de vida e externalidades positivas sobre emprego (sinergia com o ODS 8) e inclusão (conexão com o ODS 10).

Em paralelo, a centralidade do complexo agropecuário para o desenvolvimento brasileiro se reflete no ODS 2 (Fome Zero e Agricultura Sustentável), que totalizou R\$ 279,4 bilhões (18,5%), articulando produtividade, agregação de valor e práticas sustentáveis no campo. A transição energética e a ação climática aparecem como eixos transversais em expansão. O ODS 7 (Energia Limpa e Acessível) atingiu R\$ 108,3 bilhões (7,2%), ao passo que o ODS 13 (Ação Contra a Mudança do Clima) somou R\$ 87,5 bilhões (5,8%). A convergência entre energia renovável, eficiência energética e descarbonização conecta-se à infraestrutura resiliente (ODS 9), às soluções urbanas (ODS 11) e à agricultura sustentável (ODS 2), delineando um portfólio que combina redução de emissões com ganhos de competitividade e bem-estar. Em conjunto, os quatro ODS mais financiados (8, 2, 9 e 11) respondem por 67,2% do total desembolsado. Considerando também os ODS 7 e 13, os seis principais objetivos concentraram 80,2% dos fluxos do período.

Ainda que os resultados indiquem avanço, persistem assimetrias que sugerem oportunidades de aprofundamento em agendas sociais e institucionais. Em patamares intermediários, aparecem ODS 3 (Saúde) com 1,3%, ODS 6 (Água e Saneamento) com 1,5%, ODS 17 (Parcerias) com 1,9% e ODS 1 (Erradicação da Pobreza) com 2,4%; o ODS 14 (Vida na Água) registra 2,3%, indicando espaço para o desenho de instrumentos financeiros voltados à economia azul e à conservação marinha.

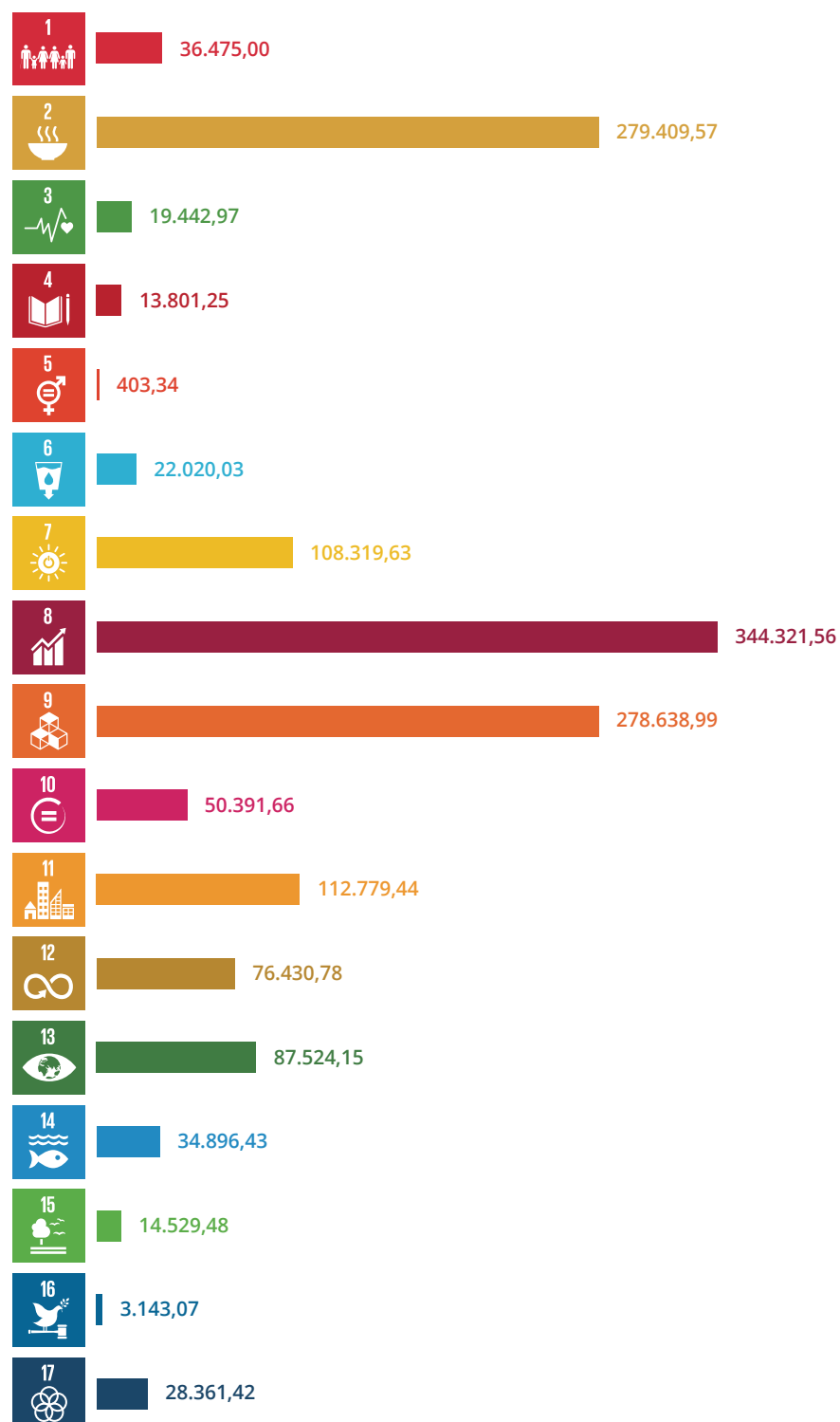
Já alguns ODS permanecem com baixa participação relativa: ODS 4 (Educação de Qualidade) representa 0,9% do total, ODS 5 (Igualdade de Gênero) permanece com participação ínfima; o ODS 16 (Paz, Justiça e Instituições Eficazes) atinge 0,2%; o ODS 15 (Vida Terrestre) situa-se na margem de 1,0%.

GRÁFICO 4. Participação de cada ODS em relação ao total desembolsado de 2020 a 2024



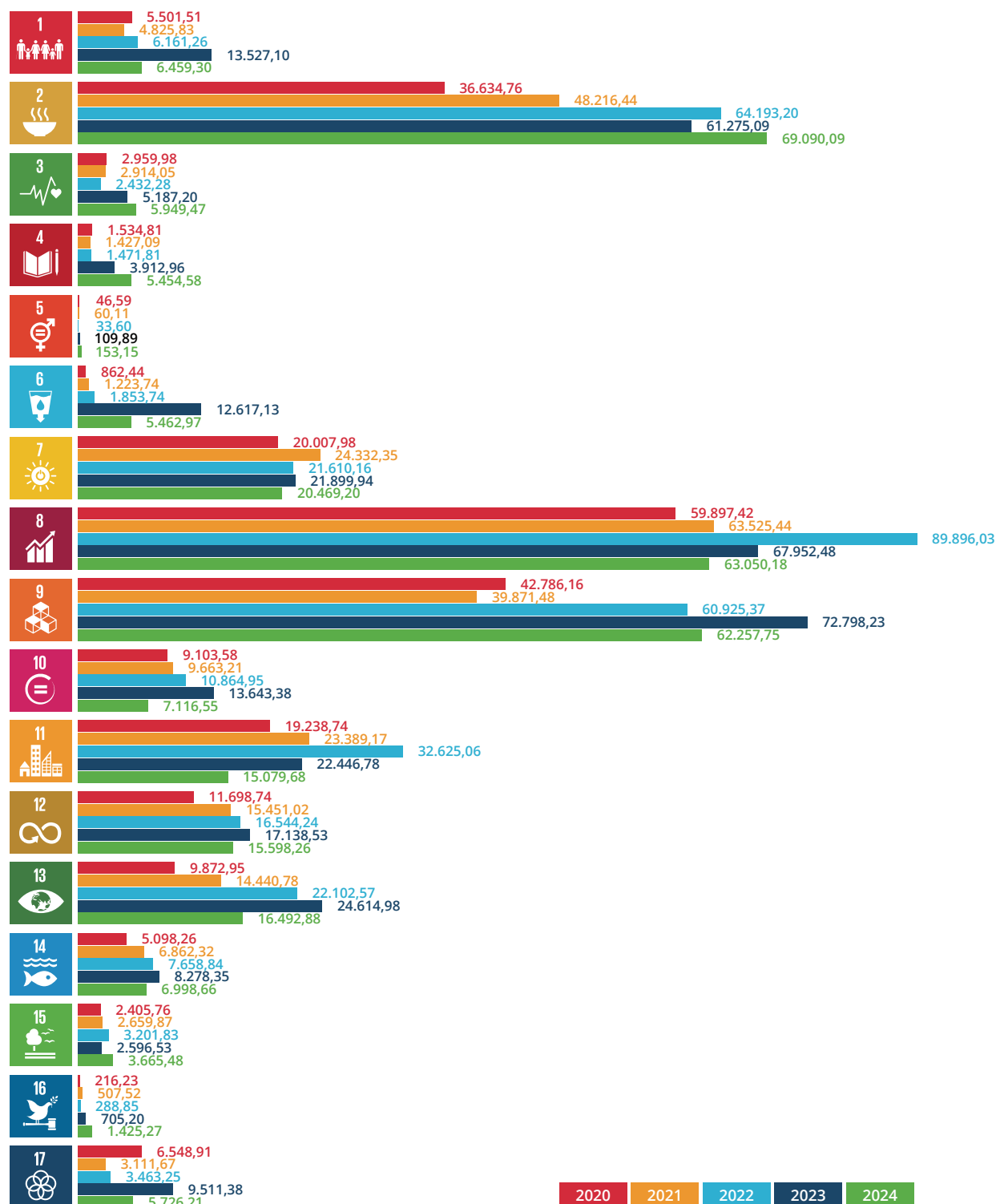
Fonte: SNF. Elaboração: ABDE.

GRÁFICO 5. Total desembolsado por ODS, em valores correntes, pelo SNF de 2020 a 2024 (em R\$ milhões)



Fonte: SNF. Elaboração: ABDE.

GRÁFICO 6. Desembolsos do SNF, em valores correntes, aos ODS por ano (em R\$ milhões)



Fonte: SNF. Elaboração: ABDE.

Esse desbalanceamento mostra que a recomendação de transversalidade permanece. É preciso integrar recortes de gênero, educação e fortalecimento institucional às linhas de maior escala, especialmente para os ODS 8 e 9, por meio de metas de emprego feminino e qualificação técnica em obras e inovação; cláusulas de desempenho socioambiental e diversidade em crédito para cadeias industriais; e integração de saneamento, mobilidade e habitação com indicadores de acessibilidade e redução de desigualdades. Ao acoplar alguns recortes como os sugeridos acima às linhas de crédito já consolidadas, as IFDs podem alavancar os ODS historicamente subfinanciados sem descolar de seus mandatos, gerando efeitos multiplicadores sobre a Agenda 2030.



16 PAZ, JUSTIÇA E
INSTITUIÇÕES
EFICAZES



17 PARCERIAS E MEIOS
DE IMPLEMENTAÇÃO



4. MARCO DE COOPERAÇÃO ONU-BRASIL

O Marco de Cooperação das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável no Brasil (2023-2027) estabelece as diretrizes para a parceria estratégica entre o Sistema ONU e o governo brasileiro, com foco em promover o desenvolvimento sustentável e a equidade no país. Esse marco alinha os esforços às prioridades nacionais e aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030, sendo um instrumento essencial para apoiar a implementação de políticas públicas inclusivas e sustentáveis.

Anualmente, o Mapa do Financiamento aos ODS se propõe a atualizar a contribuição do SNF para cada eixo que compõe o Marco de Cooperação, sendo os cinco eixos temáticos principais:

Eixo 1 – Transformação Econômica (ODS 1, 2, 5, 8, 9, 10, 12).

Foca na promoção do crescimento econômico inclusivo e sustentável, incentivando a inovação, a industrialização responsável e a infraestrutura resiliente.

Articula combate à pobreza (ODS 1) e segurança alimentar com agro sustentável (ODS 2) à geração de trabalho decente e renda (ODS 8), ao fortalecimento da base industrial, tecnológica e de infraestrutura (ODS 9) e à redução de desigualdades regionais e de renda (ODS 10). A incorporação da igualdade de gênero (ODS 5) e de padrões responsáveis de produção e consumo (ODS 12) orienta as cadeias produtivas para maior competitividade, agregação de valor e menor intensidade ambiental, garantindo que a expansão econômica seja socialmente justa e ambientalmente responsável.

Eixo 2 – Inclusão Social para o Desenvolvimento Sustentável (ODS 1, 2, 3, 4, 5, 6, 10, 11).

Visa reduzir desigualdades e promover a inclusão social, garantindo acesso equitativo a serviços básicos, educação de qualidade e oportunidades para todos os segmentos da população, quebrando ciclos de vulnerabilidade por meio da oferta de serviços essenciais, qualificação e inclusão produtiva, de modo a ampliar a mobilidade social e o bem-estar em territórios urbanos e rurais.

O foco está em ampliar direitos e oportunidades, reduzindo desigualdades (ODS 10) e fortalecendo proteção social para enfrentar pobreza e insegurança alimentar (ODS 1 e 2). Integra saúde integral e acesso universal (ODS 3), educação de qualidade ao longo da vida (ODS 4) e igualdade de gênero (ODS 5), com água potável e saneamento (ODS 6) e cidades mais seguras, acessíveis e inclusivas (ODS 11).

Eixo 3 – Meio Ambiente e Mudança do Clima para o Desenvolvimento Sustentável (ODS 5, 6, 7, 11, 12, 13, 14, 15).

Este eixo acelera a transição para um modelo de baixo carbono e resiliente. Promove acesso a água e saneamento (ODS 6), expansão de energia limpa e eficiência energética (ODS 7) e planejamento urbano resiliente (ODS 11) com produção e consumo sustentáveis (ODS 12). Prioriza mitigação e adaptação climática (ODS 13), conservação marinha (ODS 14) e proteção da biodiversidade e florestas (ODS 15), sempre com recorte de gênero e inclusão (ODS 5). O resultado buscado é reduzir emissões, preservar ecossistemas e aumentar a resiliência de populações e cadeias produtivas a choques climáticos.

Eixo 4 – Governança e Capacidade Institucional (ODS 5, 10, 16, 17).

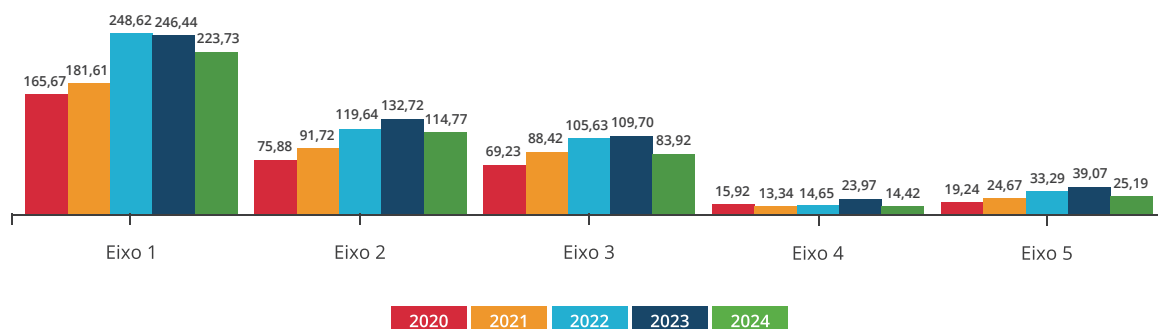
O objetivo é fortalecer instituições eficazes, transparentes e acessíveis (ODS 16), com marcos regulatórios e capacidades públicas para planejar, financiar, implementar e monitorar políticas. A governança inclusiva incorpora igualdade de gênero (ODS 5) e redução de desigualdades (ODS 10) como diretrizes de desenho e execução de programas. A cooperação e as parcerias multissetoriais e multiníveis (ODS 17) viabilizam coordenação federativa, diálogo social, dados abertos e *accountability*, ampliando qualidade do gasto, integridade e resultados para a Agenda 2030.

Eixo 5 – Relação das Ações Humanitárias e Desenvolvimento Sustentável (ODS 5, 10, 13, 16).

Este eixo integra resposta humanitária a estratégias de desenvolvimento, articulando proteção de direitos e instituições (ODS 16), igualdade de gênero e proteção a mulheres e meninas em emergências (ODS 5) e redução de desigualdades em contextos de crise (ODS 10). Em cenários de desastres e eventos climáticos extremos, conecta gestão de risco, preparação e resposta com adaptação e resiliência climática (ODS 13), para que intervenções emergenciais gerem soluções duradouras, seguras e inclusivas, evitando recaídas e reconstruindo meios de vida com foco em dignidade e paz social.

Considerando os resultados obtidos por meio da classificação dos fluxos financeiros enviados pelas IFDs em cinco anos, nota-se a evolução dos fluxos destinados a cada um dos eixos do Marco de Cooperação ONU-Brasil, conforme o gráfico a seguir.

GRÁFICO 7. Evolução dos fluxos financeiros totais do SNF em cada ano (em R\$ bilhões)



Fonte: SNF. Elaboração: ABDE.

5. CONCLUSÃO

Nesta edição, a Metodologia ABDE-PNUD passa a se chamar Mapa do Financiamento aos ODS: alinhando fluxos e acelerando metas para o desenvolvimento sustentável. Para esta 3ª edição, foram mapeados os fluxos financeiros direcionados pelo SNF nos últimos cinco anos e sua aderência aos ODS.

A publicação está em consonância com o Plano ABDE 2030 e com a agenda do PNUD de ampliar recursos para a Agenda 2030, constituindo um passo essencial para acelerar o desenvolvimento sustentável no país.

Ao tornar mais visíveis, transparentes e comparáveis as ações do conjunto do SNF, esse mapeamento também serve como ferramenta de gestão para cada agente financeiro, ajudando a traduzir estratégias e mandatos em políticas de crédito e produtos financeiros com maior foco territorial e impacto mensurável.

De forma inédita, nesta edição foram apresentados contratações e desembolsos de maneira segregada. Analisando as contratações, os resultados confirmam a contribuição significativa do SNF: de um lado, instituições menores tendem a apresentar contratações muito próximas dos desembolsos, dado o porte reduzido dos projetos e a curta defasagem entre aprovação e execução; de outro, nas instituições de maior porte a contratação se antecipa ao desembolso, em razão da escala, da complexidade financeira e dos marcos técnicos, o que alonga a materialização dos fluxos.

Permanecem alguns desafios para o aprimoramento do produto. Para refinar esse monitoramento e fortalecer o alinhamento aos ODS, permanece central o aprimoramento das bases: descrições padronizadas e completas — objetivo, setor, localização, público elevam a precisão do matching com metas e indicadores e permitem comparações mais finas entre edições.

Adicionalmente, vale mencionar que este estudo foi produzido sob janela de tempo limitada, contando com 24 instituições participantes (ante 29 na edição anterior); ainda assim, considerando o conjunto ampliado — as 29 da edição passada somadas às 17 que enviaram séries de desembolsos —, é possível afirmar que, ao longo de cinco anos, os fluxos superaram R\$ 2,3 trilhões alinhados aos ODS. Para a série histórica de desembolsos aqui apresentada, optou-se pelas 17 IFDs que reportaram dados de forma consistente em todo o período, assegurando comparabilidade e robustez.

Por fim, permanece o desafio de alavancar os ODS subfinanciados sem se afastar dos mandatos. Nesse caso, recomenda-se incorporar recortes transversais às linhas de maior escala, como metas de emprego feminino e qualificação nas obras e na inovação, critérios de desempenho socioambiental e diversidade no crédito produtivo e integração de mobilidade, habitação e saneamento com métricas de acessibilidade e redução de desigualdades. Com dados melhores e transversalidade incorporada ao desenho de produtos, o Mapa do Financiamento aos ODS tende a ampliar o impacto do SNF e acelerar a contribuição do Brasil para a Agenda 2030.

6. ANEXOS METODOLÓGICOS

ANEXO A — Considerações especiais sobre a metodologia adotada e resultados

A metodologia de análise para classificação dos fluxos financeiros em ODS consiste no cotejamento das linhas de financiamento com as metas dos ODS, criando um dicionário “de-para”, com a alocação dos recursos sendo dividida de maneira uniforme entre os ODS identificados.

Diante desses norteadores metodológicos, chegou-se à proposta de classificação dos ODS e às matrizes para cada instituição analisada e, posteriormente, agregada e divulgada no presente relatório. O procedimento de classificação é consistente com a metodologia aplicada pelo BNDES e pelo banco de desenvolvimento alemão KfW, respeitando as boas práticas internacionais. No caso do BNDES, considerou-se a antiga metodologia do banco e os resultados dos desembolsos por ODS, uma vez que é compatível com a abordagem do Mapa do Financiamento aos ODS.

Na 3ª edição do Mapa do Financiamento aos ODS, a ABDE recebeu as carteiras das instituições financeiras com aberturas para contratações e desembolsos para análise, seguindo o modelo adotado na edição de 2023. No entanto, é importante destacar que, assim como na 2ª edição, algumas instituições não enviaram a série de dados completa, como o Badesul que não forneceu dados para 2020. Neste caso, foi feita uma estimativa dos valores com base no crescimento da carteira de crédito, utilizando dados disponíveis para outros períodos.

Adicionalmente, vale ressaltar que o desembolso total anual da soma dos ODS apresentado neste relatório não reflete necessariamente o volume de recursos total desembolsado pelas instituições que compõem o SNF, já que nem todos os recursos foram classificados como direcionados aos ODS e nem todas as instituições que compõem o SNF participaram desta edição reportando seus dados.

Como na segunda edição houve a participação de 29 IFDs e, nesta publicação, somente participaram 24 IFDs (12 enviaram dados referentes às contratações e 17 enviaram dados dos desembolsos), os resultados aqui apresentados não podem ser comparáveis entre si.

Por fim, é importante salientar que se trata de uma proposta inovadora de classificação, que pode e deve ser aprimorada a partir de discussões e críticas, inclusive acerca da aderência dos termos às classificações utilizadas. Eventuais aprimoramentos serão realizados pela ABDE e pelo PNUD oportunamente.

ANEXO B — Ferramenta classificadora de linhas de crédito

Para a análise de múltiplas linhas de crédito, foi criada uma ferramenta voltada à classificação das carteiras das instituições financeiras do SNF. Nesta edição, 24 IFDs participaram do processo, enviando o resultado de suas operações, com o fluxo financeiro e as linhas de crédito operacionalizadas em 2024. A partir desses dados e da necessidade de processar esse grande volume de informações de forma célere e eficiente, foi utilizada a mesma ferramenta automática de classificação da segunda edição do Mapa do Financiamento aos ODS.

Para a classificação dos fluxos financeiros e verificação de seus alinhamentos aos ODS, foram estabelecidos parâmetros de calibragem, com definição de grau de similaridade dos termos e expressões contidos nas descrições das linhas de crédito. Ao classificar uma nova descrição de linha de crédito, converteu-se a descrição em coordenadas e comparou-se sua distância com as coordenadas de categorias predefinidas (como os ODS e seus alvos). A categoria com as coordenadas mais próximas da descrição foi considerada a mais similar, permitindo uma classificação eficaz com base no significado real das palavras dentro de um contexto.

Parâmetros de seleção dos termos:

Na ferramenta, os parâmetros utilizados para filtrar os termos mais relevantes, após a comparação por similaridade entre uma descrição da linha de crédito e os termos associados a ODS e metas armazenadas no banco de dados, foram os seguintes.

- Similaridade mínima aceitável do termo (padrão 0.3 ou 30%, pode variar de 0.01 ou 1% até 1 ou 100%). Caso um termo obtenha um valor de similaridade abaixo do valor desse parâmetro, quanto maior a similaridade, mais restrita é a lista de ODS/ Metas resultantes. Vale destacar que esse parâmetro afeta o parâmetro seguinte.
- Quantidade mínima de termos para seleção de ODS/Meta (padrão 3, pode variar de 2 até 100). É o número mínimo de termos retornados da comparação por similaridade que estão associados a um determinado ODS/Meta. Um ODS/Meta deve obter esse número mínimo para ser considerado. Caso contrário, o ODS/ Meta será removido da classificação da linha de crédito.
- Parâmetros de ajuste de pesos das fontes de dados (padrão peso 1, pode variar de 0, eliminando a fonte de dados, até peso 10). Permitem estabelecer diferentes graus de importância para as fontes de dados. Quanto maior o número selecionado, maior a importância da fonte de dados no cálculo final de similaridade. Por exemplo, se o usuário atribuir 2.0 à fonte de dados proveniente dos termos capturados do estudo anterior, seus termos serão 2x mais relevantes na classificação da(s) linha(s) de crédito do que os termos das demais fontes de dados.
 1. Termos capturados do estudo anterior: termos utilizados para classificação manual na 1ª edição do Mapa do Financiamento aos ODS.
 2. Termos capturados de descrições oficiais: termos advindos das descrições oficiais em português dos ODS, metas e indicadores desenvolvidos pelas Nações Unidas.

3. Termos utilizados pela Comissão Europeia: termos utilizados para classificação de textos nos ODS pela Comissão Europeia adaptados e traduzidos para o português.
4. Parâmetro final de corte: se refere ao número de ODS/Metas resultantes da classificação. Caso seja selecionado o valor 10 (valor padrão), por exemplo, serão listados até 10 dos principais ODS/Metas por ordem de similaridade de termos.

Portanto, considerando as possibilidades de calibragem, foram executados diversos testes com as carteiras enviadas pelas 24 IFDs de modo a encontrar a calibragem ideal para cada tipo de carteira. Destaca-se que a descrição detalhada das linhas de crédito foi fundamental para uma classificação mais acurada, uma vez que permitiu que a ferramenta apresentasse a classificação em mais ODS/Metas. Por outro lado, descrições mais objetivas foram classificadas em menos ODS/Meta, devido ao fato de a ferramenta trabalhar com a captura de descrições e termos. Destaca-se que, após a classificação, foram desconsideradas as linhas a seguir, a fim de evitar dupla contagem:

- ABC (Agricultura de Baixo Carbono) é um programa de governo cujos recursos são frequentemente oriundos de fontes advindas do BNDES. Dessa forma, quando se trata de recurso do BNDES, não é classificado em ODS, e quando se trata de recursos próprios da IFD, foi classificado.
- MODERAGRO é linha descentralizada pelo BNDES. Operações nestas linhas não foram classificadas para evitar dupla contagem com o resultado do BNDES.
- PCA (Programa para Construção e Ampliação de Armazéns) é linha descentralizada pelo BNDES. Operações nessa linha não foram classificadas para evitar dupla contagem com o resultado do BNDES.
- MODERFROTA é linha descentralizada pelo BNDES. Operações nestas linhas não foram classificadas para evitar dupla contagem com o resultado do BNDES.
- PRODECOOP é linha descentralizada pelo BNDES. Operações nestas linhas não foram classificadas para evitar dupla contagem com o resultado do BNDES.
- MODERINFRA é linha descentralizada pelo BNDES. Operações nestas linhas não foram classificadas para evitar dupla contagem com o resultado do BNDES.
- PROIRRIGA é linha descentralizada pelo BNDES. Operações nesta linha não foram classificadas para evitar dupla contagem com o BNDES.
- Linhas do FINAME são recursos descentralizados do BNDES. Não foram classificadas em outras IFDs para evitar dupla contagem com o BNDES.

Este exemplar é parte do nosso compromisso com a responsabilidade ambiental. Cada página foi impressa em papel proveniente de fontes responsáveis, refletindo nosso cuidado em preservar os recursos naturais e minimizar o impacto sobre o planeta. Edição limitada.



**Programa das Nações Unidas
para o Desenvolvimento**

Casa das Nações Unidas do Brasil
Complexo Sérgio Vieira de Mello Módulo I,
Setor de Embaixadas Norte,
Quadra 802 Conjunto C, Lote 17
Brasília-DF, 70800-400



**Associação Brasileira
de Desenvolvimento**

Centro Empresarial Liberty Mall
Setor Comercial Norte,
Quadra 02, Bloco D, Torre A, Salas 429 a 434.
Brasília-DF, 70712-903

